

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

CEDI - P. I. B.
DATA 01/10/86
COD. ZUD03

## RELATÓRIO DE VIAGEM AOS ÍNDIOS ZURUAIÁ

- I. Apresentação
- II. Situação Geográfica
- III. Identificação da área
  1. Referências Históricas
  2. Levantamento da área
  3. Contato
- IV. Ocupação da terra
  1. Auto-Denominação e Língua
  2. Aspectos Culturais
  3. Organização Sócio-política e Econômica
    - 3.1. Levantamento Populacional
    - 3.2. Meios de Atividades e Subsistência e Uso da Terra
  4. Aspectos Religiosos
- V. Os Índios em contato com Organismos Missionários e Órgão Oficial
- VI. Confronto com o Sistema Econômico Regional: Frente Extrativista na Área Indígena
- VII. Proposta de Área

\* \* \*

## I. APRESENTAÇÃO

Embora fosse exterminada grande parte das sociedades tribais, sobretudo ao longo dos últimos cem anos, existem ainda hoje cerca de 3.000 índios espalhados no médio Purus entre os rios Pauini e Paraná-Pixina: a tribo Apurinã num total de 1.500 indivíduos, a tribo Jamamadi ( Jarawara , Kanamati, Banauá-Yafí) com 500 pessoas, a tribo Paumari com 300, a tribo Deni com 150 pessoas (sem contar os Deni da área do Juruá), a tribo Zuruahá com 124 pessoas, e outros pequenos grupos que sobreviveram ao avanço violento da frente de expansão nacional

Todos esses grupos pertencem ao tronco linguístico Aruak, com seu dialeto próprio e sua cultura particular.

Houve diversos graus de aculturação na sociedade nacional como processo desencadeado pelas necessidades de mão-de-obra indígena no sistema econômico de extrativismo. Em hipótese nenhuma, dessa integração na sociedade nacional aconteceu como processo social, mas como atentado às comunidades tribais, invalidando o sistema social e econômico, e destruindo seus valores culturais e religiosos. Em nenhum momento da história da ocupação do rio Purus levantou-se a questão de legitimidade do avanço da frente nacional. Desde o início, a invasão foi viabilizada pela sociedade nacional por leis que protegiam ocupação, colonização, usurpação das terras indígenas, catequese e civilização, e mesmo o extermínio como imperativo da economia regional do extrativismo.

Quando o "boom" da borracha estourou, os povos indígenas foram surpreendidos, sem condições de organizarem sua defesa. Destruídos em seu sistema defensivo e rendidos, serviam como mão-de-obra dentro de um mundo econômico que lhes era alheio e que lhes impunha a participação de métodos, normas e valores individualistas e competitivos. Conseqüentemente foi invalidado o sistema econômico indígena, que se baseia numa estrutura coletiva de valores cooperativos. Aos poucos foi cessando a participação nas atividades tribais, e foram aparecendo falhas em sua organização autônoma e sua unidade étnica e cultural. A unidade de conjunto de valores tribais estava

corrompida em sua estrutura, os mecanismos integrais de sua cultura desativados e outros valores adaptados às necessidades vitais de seu novo modo de existir.

Passamos a apresentar alguns sintomas dessa nova situação, que tem sua expressão sobretudo no problema terra, no sistema econômico regional e na dominação cultural.

A lei 6.001 garante aos índios a posse permanente das terras em que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nestas terras existentes. Mas a realidade é que são os seringalistas que exploram os produtos naturais, tentando ainda escravizar os índios de seu habitat. Essa realidade está carregada de situações de conflito entre os legítimos donos, os índios, agora degradados a simples "Iregueses", e os respectivos donos usurpadores. Além dos dois postos indígenas Marienê e Manauacá, hoje desativados, existe apenas uma reserva indígena demarcada (Boca do Acre) ao longo do rio Purus. Os índios ocupam em parte terras desde tempos primordiais, em parte terras devolutas, e portanto cobiçadas, para onde o processo de migração os despojou. Mas a grande parte encontra-se em seringais, cujos donos conseguiram registrar os imóveis.

A luta mais consciente pela reconquista de suas terras é levada adiante pelos índios Apurinã nas áreas de Pauini, Lábrea e Tapauá, onde as lideranças indígenas tentam bloquear a frente de expansão nacional de colonos, seringalistas, firmas madeireiras e fazendas.

Na área de Pauini, a população indígena, num total de 700 indivíduos, distribui-se por 29 seringais de pretensos proprietários particulares, sobretudo por terras pertencentes a Manasa (Madeira Nacional S.A.) com cerca de 2 milhões de hectares, e por terras pertencentes à Fazenda Maripuí S.A. Notável é que a maior parte desses seringais está concentrada nas mãos de uns poucos, como Paulino de Almeida, José Cordeiro e Silva, Fazenda Agropecuária Maripuí S.A., Mustafa Said, e Zugmann.

Outro exemplo de área de conflito é o seringal Catipari, confronto à boca do rio Seruini. Ali era o antigo habitat de um grupo Apurinã, e o velho Tuxaua com 100 anos ainda vive por lá. A antiga ocupação indígena hoje é dividida pelos seringais Catipari, Ajuricaba e Quicê, incluindo os lagos Catipari e Santa Maria. O conflito existe entre o pretense dono

Francisco Barros e os índios que proibem a exploração de algumas estradas de seringa.

Outra área de fortes tensões é o seringal São Clemente, de propriedade do ex-prefeito de Lábrea, Sr. José Falcão Filho e de Joaquim Farias Neto. Essa área é antigo habitat dos índios Paumari, Chamada Marahã, onde residem mais de 100 Paumari e um pequeno grupo de índios Apurinã.

Embora os donos tenham escritura pública e devidamente registrada, pretendem os índios reconquistar sua terra, exigindo da FUNAI a aplicação da lei 6.001 para uma reserva indígena de aproximadamente 450 km<sup>2</sup>.

O sistema econômico regional extrativista desenvolveu formas dicotômicas de relações de produção entre patrão e freguês. Esse sistema visa ao controle total sobre os meios de produção, sobre a força de trabalho e sobre os valores de mercado, criando uma total dependência do freguês, que é obrigado a "aviar-se" a fim de poder deslocar-se para os centros de exploração de produtos naturais. Isso acontece principalmente na época do verão, quando é necessário preparar o roçado para a subsistência. O extrativismo invalidou em grande parte a estrutura econômica das sociedades tribais, destruindo seus valores de economia coletiva, e desarticulando a participação nas atividades tribais.

As atividades extrativistas dos índios Deni no Marrecão, no rio Cuniuã, são um exemplo que nos mostra a interferência do sistema patrão-freguês. Há uns 30 anos atrás, os índios Deni emigraram de seu habitat original no alto Cuniuã, por causa de um surto de sarampo e gripe, para a região do igarapé Marrecão, onde Chico Severo os empregou na produção extrativista. A exploração de produtos vegetais, ora exige um planejamento a longo prazo, ao passo que as atividades cooperativas dos índios são orientadas para operações a curto prazo, levando os índios a abandonar seus compromissos anteriores e assumindo outros, com vários patrões. Esse sistema infiltrou-se com "back-ground" na estrutura tribal de tal maneira, que um índio foi se tornando patrão de outro índio, e assim, além de estarem endividados com patrões não-índios, tem eles seus compromissos entre si. Esse fato afetou o conjunto de relações sociais, sobretudo sua autonomia e a velha liderança. O deslocamento dos homens trás inclusive fortes tensões na aldeia: doentes e velhos devem fornecer um suprimento adequado de carne; as mulheres cor-

rem o risco de suspeitas relações extra-matrimoniais, por causa de seus maridos ausentes; a divisão original do trabalho, que se baseia na dicotomia homem-floresta, a mulher-aldeia, sofreu uma articulação nova, uma vez que também as mulheres devem garantir a subsistência da comunidade.

Outro exemplo de interferência do sistema patrão-freguês é a exploração interna dos índios Banauá-Yafí, no rio Piranhas. Lá os tuxauas revestiram-se de poderes de patrão, assumindo a responsabilidade de compromissos dos índios com patrões não-índios, comandando a exploração de produtos vegetais e fornecendo o "aviamento". Esse sistema é incentivado pelos patrões não-índios, que exercem controle sobre o grupo todo, através dos tuxauas. É um tipo de exploração violenta, uma vez que a comunidade indígena é jogada numa total dependência, utilizando-se os mecanismos internos cooperativos, controlando os tuxauas por valores individualistas e competitivos. Daí resulta que a comunidade indígena fica cada vez mais pobre, e mesmo os patrões tuxauas apenas conseguem suprir suas necessidades econômicas no círculo vicioso de novos "aviamentos", ou seja, novos compromissos e consequentemente novas dependências.

Os missionários protestantes do SIL experimentaram projetos de desenvolvimento comunitário na aldeia Marrecão, dos índios Deni, e na aldeia São Francisco, dos índios Kanamati. Esses projetos visavam à produção de farinha, arroz e milho, de árvores frutíferas cítricas e à implantação de produção pecuária e suína de pequeno porte. No entanto, os projetos não foram planejados e orientados na base de seu contexto de relações econômicas existentes para as necessidades básicas de subsistência. O SIL tornava-se outro patrão, e consequentemente o projeto foi águas abaixo.

Por outro lado, os missionários da Prelazia de Lábrea procuram incentivar e apoiar o setor agrícola como parte substancial da sobrevivência dos grupos indígenas, visando à participação na economia regional somente para suprir as necessidades básicas já criadas. Esse apoio trouxe resultados no desenvolvimento agrícola das comunidades dos índios Jarawara, no Igarapé Apituã, em alguns grupos de índios Apurinã no Caitetú, Lábrea; em São João, Tapauá, e em pequenas comunidades na área de Pauini.

A população branca é marcada pelo etnocentrismo, considerando, portanto, os índios inferiores e incapazes de executar as tarefas do

mundo civilizado. No Purus ainda reina a velha imagem do "índio bicho". A sociedade regional é incapaz de levar em conta as diversas culturas indígenas das sociedades tribais, descaracterizando portanto os grupos: os Apuriná são considerados perversos, por causa de suas brigas internas; os índios Paumari preguiçosos, por causa de seu sistema econômico que exige o mínimo de condições para suprirem suas necessidades; os índios Jamamadi improdutivos, por causa da instabilidade na produção a longo prazo. Essa falsa imagem sobre as sociedades tribais trouxe consigo a deformação da auto-consciência, e conseqüentemente a luta pela "carteira de branquidade". Assim, os índios Paumari entraram no processo de miscigenação, criando defesas num novo tipo de relações sociais. Também entre os índios Apuriná observa-se tendências de integrarem-se na sociedade regional, através de casamentos mistos.

Podemos ilustrar melhor a descaracterização da unidade étnica e cultural movida pela mentalidade etnocêntrica regional, com fatos históricos dos índios Banauá-Yafí. Aproximadamente, há uns 30 anos atrás, esses índios entraram em conflito com um grupo de castanheiros de Canutama, que explorava as cabeceiras do rio Sitiari. Ali, os índios massacraram uma família, levando tres meninas consigo, das quais duas foram mortas, e uma foi criada pelo velho tuxaua Ismael, que mais tarde a tomou por mulher. Desde então os índios viviam arredios, perseguidos pela polícia de Canutama. Muitos anos depois, renderam-se ao Sr. Firmino, que os explorava na extração vegetal. Para apagar seu passado, o grupo procura integrar-se por via de casamentos mistos, sobretudo na parte das famílias dos tuxauas, que hoje estão desarticulados em sua função de líderes, embora vivendo sua unidade étnica e cultural em clandestinidade.

Essa vivência em "catacumbas", podemos observar em quase todos os grupos do médio Purus, principalmente naqueles que moram perto ou dentro de centros urbanos.

Neste contexto situa-se a realidade dos índios Zuruahá, cujo habitat se encontra entre os dois afluentes do rio Cuniá, Riozinho e Coxodoá. Nos últimos anos houve várias tentativas de penetração na área indígena por parte dos sorveiros que obedecendo aos padrões da economia extrativista, se deslocam para áreas mais distantes, sobretudo para a área dos índios Zuruahá, cuja riqueza em produtos vegetais é conhecida. O avanço da

frente econômica regional, tanto na área do Riozinho quanto na área do Coxo doá, criou situações de conflito aberto entre os índios e sorveiros de tal importância, que alguns índios foram mortos por armas de fogo há uns 12 anos atrás. Os índios não só evitavam contatos com os brancos como rechaçavam a penetração de maneira violenta, expulsando os sorveiros.

Os índios Zuruahá passaram por fases difíceis de contração de doenças contagiosas que eles chamam "febre dos brancos" (Dyará Domorö) , das quais atualmente se recuperam.

Entretanto os extrativistas, esgotando os últimos recursos de produção na área do rio Cunitã e seus afluentes, não resistindo às ofertas naturais na área dos índios, continuavam ameaçando a vida dos índios Zuruahá, tentando atraí-los para depois integrá-los ou seja subjulgá-los como mão-de-obra barata ao sistema econômico regional, usando para essa finalidade métodos convincentes de sua "missão pacífica". Houve vários contatos indiscriminados e não-violentos nos dois respectivos igarapês, onde os índios se apoderavam das ferramentas, insistindo, porém, na retirada dos sorveiros. Houve inclusive tentativas de subjugá-los a patrões que se diziam "pacificadores de índios brabos", sobretudo dos índios Deni, que hoje, reduzidos, sobrevivem dependentes. As experiências anteriores produziam os impulsos necessários para o avanço da frente extrativista, sacrificando a vida dos sorveiros, e confrontando-se com os índios, invadindo a área dos Zuruahá, sem preocupar-se com a problemática de contatos indiscriminados, sobretudo no campo de saúde.

Os indigenistas da Prelazia de Lábrea, tomando conhecimento dessa realidade conflitiva, fizeram o primeiro contato com os índios Zuruahá em maio de 1980. Logo foram encaminhados diversos ofícios à FUNAI, pedindo a constituição de um GT para identificação da área e estudos preliminares a fim de proceder a demarcação da área a curto prazo.

Os trabalhos indigenistas foram levados no sentido de presença esporádica nas malocas. Foram levantados dados antropológicos e linguísticos, visando intensificar os trabalhos a partir das necessidades da tribo em fase de contatação, e sobretudo preparar as vacinações.

A FUNAI, através da 1ªDR, organizou uma expedição no mês de outubro de 1983, composta do sertanista Sebastião Amâncio da Costa, do

Comandante da lancha e de 13 índios de diversas tribos, inclusive de dois índios Deni da região. Foi aberto um varadouro, desde a boca do Coxodoá até as malocas dos índios, onde se deu um contato rápido.

Uma vez aberto o acesso às malocas e estimulada a saída dos índios até a beira do rio Cuniuá para a Frente de Atração da FUNAI, a equipe indigenista, prevendo as consequências desastrosas da abertura do varadouro, decidiu intensificar a permanência nas malocas desde o início de 1984.

Em 14 de setembro de 1984 foi constituído o GT pela Portaria nº 1764/E, integrando os indigenistas da Prelazia de Lábrea como convidados a procederem o estudo de identificação da área a ser demarcada.

O GT iniciou seus trabalhos em 02 de outubro de 1984, permanecendo na área até 23 do mesmo mês. Foi realizado sobrevôo, visando ao levantamento aéreo. Em seguida o GT percorreu a área em questão ao longo do rio Cuniuá entre os rios Riozinho e Marrecão e seus respectivos igarapés, elaborando o projeto de identificação da área e fazendo o levantamento fun-diário.

Foi identificada a área dos Índios Zuruahá entre os igarapés Ramiro, também conhecido por igarapé do Arigó, afluente da margem esquerda do Riozinho, e o igarapé Matrinxã, afluente da margem direita do rio Cuniuá, sendo que a área eleita abrange o percurso do rio Cuniuá entre o igarapé Matrinxã e o igarapé Munguba, igualmente afluente da margem direita do rio Cuniuá.

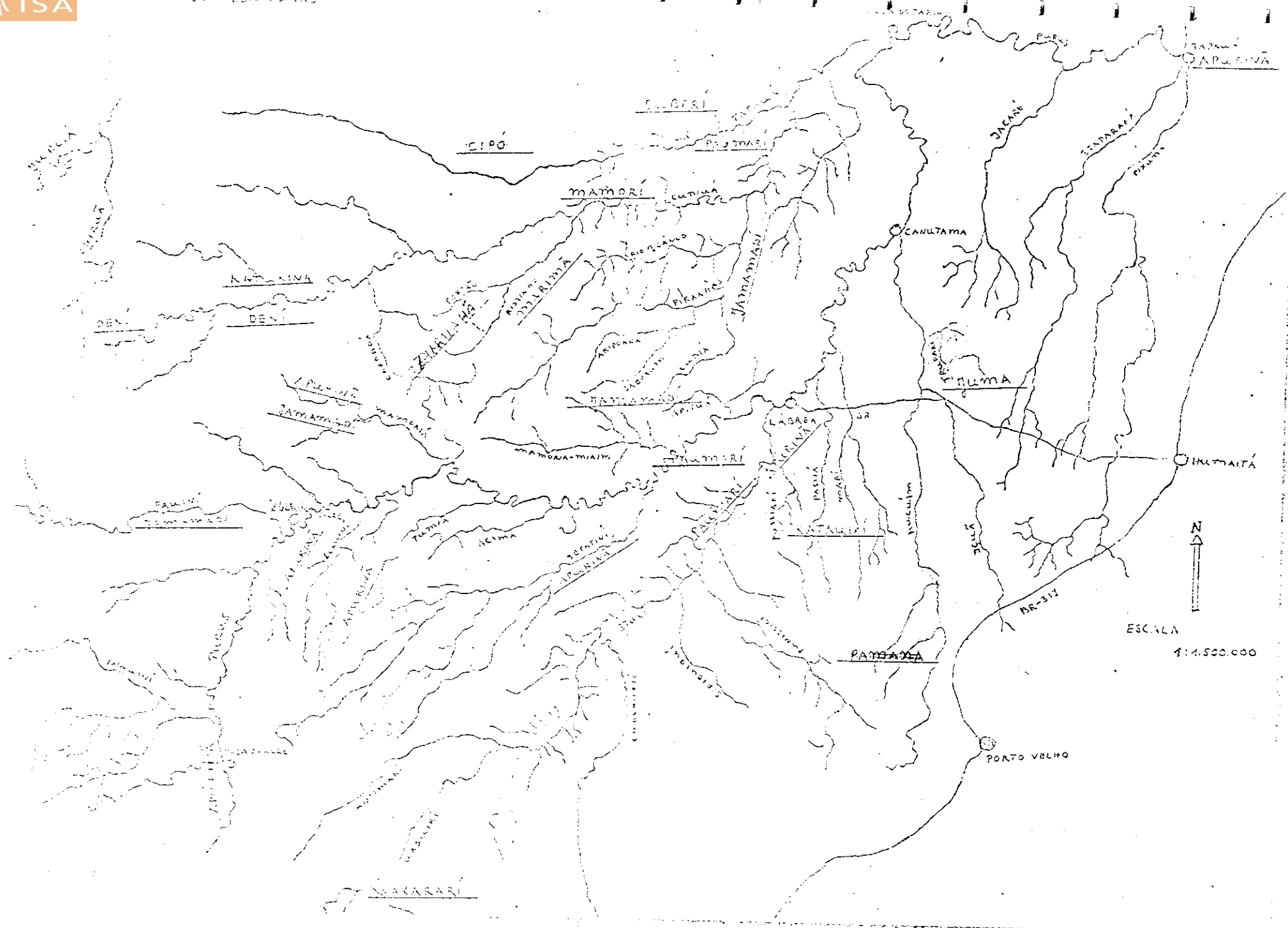
Foram visitados todos os moradores do Cuniuá em questão, cujos sítios se encontram entre os dois respectivos igarapés ao longo do Cuniuá. Cabe ressaltar que não houve nenhum problema social com os moradores, sendo que o GT foi bem recebido, fato que condicionou assim os devidos acordos num clima de respeito mútuo.

Segundo o relatório de Sebastião Amâncio da Costa, a área considerada crítica teria sido evacuada. O GT constatou que depois da expedição da 1ªDR, os dois respectivos rios sofreram invasão maciça de sorveiros. Manoel Sena, morador da boca do Coxodoá, e patrão da quase totalidade dos freguêses deste rio, alegando seus compromissos baseados na exploração de sorva e borracha, relutou a retirar seu pessoal de dentro do rio.

O GT interou-se do fato de que o varadouro, aberto pela







## II. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

A área dos Zuruahá situa-se na grande bacia do rio Purus, na margem esquerda, entre os afluentes Mamoriá e Tapauá.

O Purus é um rio sinuoso, com orientação sudoeste-nordeste, recebendo pela margem direita como afluentes mais destacados os rios Sepatini, Ituxi, Mucum, Jacaré, Itaparaná, Ipixuna e Jarí, e pela margem esquerda os rios Mamoriá e Tapauá, esse último com orientação oeste-leste. A área de planície fluvial, tem a largura média de aproximadamente 20 km, onde são encontrados furos, paranás, lagos formados por antigos meandros ou por barragens. Ao oeste, terras mais altas (terraços) alcançam as planícies fluviais do rio Cuniuá, enquanto o rio Tapauá lança o curso numa ampla planície fluvial, que se expande para unir-se com a do rio Purus, formando numerosas ilhas aluviais.

A estrutura sedimentar dos rios Tapauá e Cuniuá geralmente é formada por arenitos feldspáticos com cores vermelha, amarela e marron, e por arenitos quartzosos com cor cinza-esverdeado.

A vegetação pode ser caracterizada por floresta aluvial nas respectivas planícies fluviais, cujo solo constantemente se renova pelas enchentes periódicas, e por floresta tropical densa, onde luminosidade, água e calor ocasionam o aparecimento de um elevado número de espécies.

As terras firmes, geralmente brancas, arenosas e barrentas, são acidentadas e cortadas por inúmeros igarapês. Na estação do inverno, mesmo a margem destes igarapês alaga, formando extensos igapós.

Os rios Tapauá e Cuniuá são povoados em forma de colocações, pequenos povoados, que dão acesso à exploração dos produtos extrativistas. A agricultura, porém, é pouco desenvolvida.

A área em questão pertence ao município de Tapauá, embora exista o projeto de um novo município, chamado Camaruá, com sede na boca do Tapauá.

Os meios de transporte reduzem-se a barcos, visto que não há estradas. Existe um campo de pouso na maloca Marrecão dos Índios Deni,

no alto rio Cuniuá, e outro em São Francisco dos Índios Kanamati, no igara  
pê Curiá, afluente do rio Piranhas.

### III. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA

#### 1. REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

Pouco ou praticamente nada se sabe sobre a história do grupo Zuruahã, em contato intermitente, cuja auto-denominação foi conhecida apenas em 1984.

Entretanto, é imprescindível informar acerca da ocupação do rio Purus pela sociedade branca e suas consequências migratórias decorrentes, visto que os índios Zuruahã fazem parte da grande família Aruak.

Desde a primeira penetração no Paranã-açu (Amazonas), por Francisco Orellana em 1542, grupos indígenas, como os Kuchiuara, são utilizados pelos bergantins dos exploradores espanhóis, resultando em massacres e fugas para as terras do interior do rio Purus.

Um século depois, em 1639, Pedro Teixeira lançou o marco territorial da Coroa Portuguesa na Aldeia D'Ouro, próximo ao rio Purus, e desde então tropas de resgate assaltam aldeias recrutando escravos para a ocupação do Estado do Grão-Pará. Embora de posse da Coroa Portuguesa, missionários jesuítas a serviço da Coroa Espanhola continuam fazendo descimentos de grupos indígenas do rio Purus, aldeando-os na terra dos Omãgua.

Pe. Samuel Fritz, primeiro missionário do Purus, por volta de 1689, já encontra comerciantes portugueses neste rio que exploram a mão-de-obra indígena na extração das drogas do sertão, embora no seu mapa conste o Purus apenas como um rio incógnito.

O poder dos missionários cresce, culminando no Regimento das Missões, que lhes alega o poder espiritual e temporal sobre os índios, sobre a administração dos índios nas Missões e nas aldeias, sobre o controle das tropas de resgate e a distribuição dos índios, embora sempre haja ação paralela executada pelos Ouvidores a serviço dos interesses da colonização.

Em 1693 ocorre a divisão de áreas a serem missionadas, e o rio Purus pertencerá aos Carmelitas que de lá descem os índios para as Mis-

sões Arvellos, Ega, Nóbrega, Airão, Moura, etc. A exploração econômica do Purus é feita pelos missionários Carmelitas até a revogação do Regimento em 1757, substituído pelo Diretório que transformará a antiga Missão em vilas, "emancipando" os índios colocando-os a serviço da Companhia de Comércio, empresa de colonização e comércio de Pombal, sob cuja tutela serão executados os descimentos para recrutamento de mão-de-obra indígena.

Viajantes como Condamine, Sampaio, Noronha, Ferreira, etc, falam da decadência das antigas Missões, trazendo referências sobre "restos" de índios descidos do Purus. Este rio por não ser rio de conflito fronteiriço será levantado somente na última década do século XVIII por uma comissão portuguesa de demarcação.

Entretanto as drogas do sertão são exploradas, e a nova capital da Capitania do Rio Negro, Barcelos, é iluminada pelo óleo dos ovos de tartaruga do Purus.

A colonização do Purus avança de tal forma que durante a Cabanagem tem-se conhecimento de sua exploração até acima do rio Pauini. O Coronel João Henrique de Matos, em 1845, conta que o cidadão Manoel Urbano da Encarnação viajava em toda a extensão do médio Purus, utilizando-se dos índios Apurinã, Paumari e Jamamadi como mão-de-obra na extração de drogas. A figura do mestiço Manoel Urbano é importante no processo de contato com os índios do Purus, principalmente na época do "boom" da borracha, a partir de 1850. É nomeado Diretor dos Índios do médio e alto Purus, e torna-se o maior conhecedor e explorador dos índios, aldeando os Paumari em Canutama, os Apurinã e Jamamadi na boca do Mamoriã, Inauini, Pauini e Seruini, destacando-se como maior seringalista daquela época. Realiza várias viagens pelo governo da Província, nas explorações de Silva Coutinho, Serafim Salgado e William Chandless; viagens com fins de exploração científica e econômica do Purus, visando principalmente a comunicação fluvial com o rio Madeira e a Bolívia, livre de cachoeiras.

A exploração do látex é responsável pela rápida ocupação branca e o conseqüente extermínio dos povos indígenas. O índio é objeto cobigado nas atividades extrativistas como guia, remeiro, caçador, pescador, produtor da borracha, farejador de índios hostis, etc, uma peça imprescindível na economia extrativista.

Frei Pedro da Ceriana faz uma última tentativa de resgatar os índios da mão do sistema econômico reinante, aldeando diversas tribos, inclusive Paumari, Jamamadi, no lago Arumã, dando-lhes uma estrutura econômica independente. Mas denunciado pelos regatões, o Presidente da Província demite-o, depois de apenas poucos anos de existência da Missão São Luiz Gonzaga (1854-1856). Outro projeto do missionário é o aldeamento dos índios Paumari em Canutama onde manda erigir uma capela. Mas nesta colocação Manoel Urbano já se tornara patrão dos índios, que aldeados no lago Itapá constituem a força de trabalho para o seringal.

Para manter boas relações com o Governo da Província do Amazonas, envia uma parte de sua freguesia indígena a Manaus a fim de cumprir o regulamento que exige o serviço de mão-de-obra indígena na construção das obras públicas da recém-criada Capital da Província, destruída e em depopulação pelos longos anos de epidemias e da Cabanagem. Esse processo de deportação do habitat indígena acarreta destribalização e homogeneização de culturativa dos índios de diversas tribos, formando a massa dos tapuios, que constituirá a base da população de Manaus. Poucos índios a serviço da Província regressarão ao seu lugar de origem.

A navegabilidade do rio é conhecida, portanto nada mais impede o avanço rápido da civilização branca. Navios de grande porte sulcam suas águas, trazendo mercadorias e nordestinos, desterrados pelas secas.

Surgem os primeiros núcleos urbanos como Canutama e Lábrea. A primeira fundada por Manoel Urbano no lugar da antiga maloca dos índios Paumari. A segunda fundada no lugar dos índios Paumari e Katauxi, pelos coronéis Antônio Rodrigues Labre e Luiz Gomes. Já na penúltima década do século XIX, os núcleos urbanos tornam-se centro de comércio e de exploração do interior, sendo que Lábrea é elevada de Freguesia a Cidade, e Canutama à categoria de Comarca. Luiz Gomes torna-se dono do rio Ituxi, cuja população indígena é estimada por Labre em 8.000 indivíduos, e que poucos anos depois é apelidado de "cemitério da humanidade".

Por volta de 1870 ocorre o ressurgimento dos Franciscanos nos rios Mamoriã e Ituxi, onde fundam a Missão "Nossa Senhora da Conceição", aldeando pequenos grupos de Apurinã e Jamamadi. Percorrendo os rios, entram em contato com várias malocas de índios Apurinã e Jamamadi, tentando

atraí-los primeiro para a Missão do Mamoriá, projeto que foi frustrado pelas fugas, principalmente dos Jamamadi, que ao receberem os presentes, logo retornam para o centro da mata. A Missão do Mamoriá é transferida para o rio Ituxi, onde os padres Venâncio Zilocchi e Mateus Canioni erigem uma capela. No entanto, também esta Missão é condenada ao fracasso, desaparecendo dentro de alguns anos.

O Governo da Província os missionários por não terem trazido os Índios à civilização através de "catequese e civilização", que naquela época significa transformar os nativos em mão-de-obra barata. Em vez de atraí-los dos lugares inacessíveis, os missionários estariam arrancando-os de esconderijos do centro da mata, sem que pudessem ser úteis à sociedade.

Também por volta de 1870 é fundada a Missão Protestante de Huitanahã, com o objetivo de iniciar o trabalho de "catequese e civilização" com crianças que são levadas para o internato, onde, destribalizadas e alienadas de seu mundo indígena, recebem lições de moral e profissão do mundo cristão. Existe um comércio criminoso com crianças indígenas, e Ehrenreich denuncia o fato. Revoltas entre os Índios Apurinã fazem com que também esta Missão fracasse dentro de alguns anos.

Labre, como Manoel Urbano, é nomeado Diretor dos Índios do médio e alto Purus. Estima a população indígena em 40.000 indivíduos, e indica o habitat de numerosas tribos, poucos anos depois declaradas extintas.

Na época áurea da borracha ocorrem as correrias mais violentas, principalmente nos igarapés e suas cabeceiras, onde os Índios mantêm resistência e para onde avança a frente extrativista. É também a época das grandes migrações indígenas. São os Índios Paumari, cujo habitat era registrado ao longo do rio Purus, desde a foz do rio Ipixuna até a foz do rio Ituxi. Tornaram-se nômades, reduzidos por epidemias e vagando de seringal em seringal cujas terras outrora lhes pertencia, servindo de fornecedor de peixe, de carne e ovos de quelônios, enfim de modo geral como mão-de-obra barata. Gustav Wallis encontra-os no fim do século passado, como "povo alegre e des preocupado", vivendo nas praias em casas flutuantes, construídas em cima de jangadas. Ehrenreich localiza grupos nos seringais de Luiz Gomes, já descaracterizados, maltrapilhos e entregues ao alcoolismo.



Os índios Paumari junto com os Juberi são descendentes dos antigos Puru-puru descidos para a Missão dos Carmelitas. São considerados de gênio pacífico, ou seja aptos para servir como força de trabalho nas Missões, nas vilas, na exploração de drogas do sertão, na produção de borracha e nos serviços de obras públicas. Por isso a depopulação das comunidades Paumari é drástica até o ponto de desaparecerem das praias do Purus, sobrevivendo apenas em pequenos grupos no rio Tapauá, rio Ituxi e no lago Marahã. São desprezados por suas pintas branca na pele. A transformação dos ciganos aquáticos em trabalhadores nos seringais ocorre de maneira violenta. Tendo sido expulsos do seu habitat, destruídos e desativada a organização sócio-político-econômica, perdem rapidamente a identidade étnica e unidade cultural. O novo modo de existir faz com que "paumari" se torne sinônimo de malandro e preguiçoso.

Os índios Apurinã (Ipurinã) têm seu habitat na margem direita do rio Purus desde a foz do rio Ituxi até acima do rio Pauini. São considerados de índole hostil, guerreiros e antropófagos. Opõem-se ao avanço da frente extrativista, resultando em correrias e extermínio. Os mil homens do seringalista coronel Luiz Gomes limpam o rio Ituxi e seus afluentes de tal forma que apenas poucos grupos Apurinã sobreviventes migram para os seringais do rio Purus. O mesmo acontece nos rios Sepatini, Seruini, Inauini, onde Manoel Urbano e seus descendentes os utilizam como força de trabalho.

João Henrique de Mato menciona-os em seu "Relatório do Estado de Decadência em que se acha o alto Amazonas", em 1845; os Relatórios da Província trazem incursões destes índios, como também referências históricas nos "Relatórios das Expedições" de 1850-1865. Chandless, Ehrenreich e Steere informam sobre língua, cultura e organização socio-política e econômica.

Os índios Jamamadi, considerados pacíficos e agricultores, têm seu habitat na margem esquerda do rio Purus desde a foz do rio Ituxi até acima do rio Pauini, sendo que suas malocas se encontram no centro da mata, evitando assim o contato com a frente de ocupação branca. Inicialmente aparecem à beira do Purus apenas para observar o movimento dos brancos, embora sejam logo recrutados para o serviço nos seringais, onde porém permanecem

apenas durante períodos de fábriço, deixando suas famílias no centro da mata. Se bem que epidemias e chacinas os estejam dizimando, conseguem resistir à destribalização, mantendo sua identidade étnica e unidade cultural.

Os estudos de Steere e Ehrenreich sobre os índios Jamama di revelam surpreendente semelhança entre a cultura material destes e dos índios Zuruahã em questão. Por isso e pela falta de documentos antigos a respeito dos Zuruahã anexaremos anotações etnográficas no capítulo IV, no ítem "Aspectos Culturais", em forma de um estudo comparativo, adaptando o original dos autores.

A Inspetoria no Amazonas e Acre, com sede em Manaus, cria na segunda década do século XX dois postos indígenas no rio Purus: um no rio Seruini, chamado Posto Indígena "Pedro Dantas" ou "Marienê", e outro no rio Tuiní, chamado "Manauacã".

O Posto Indígena "Pedro Dantas" ou "Marienê" do rio Seruini situa-se no município de Lábrea (antes da criação do município de Pauini), designado como lote "Marienê", com uma área de 107.931.025 metros quadrados abrangendo um perímetro de 61.000 metros lineares, com frente em linha reta para a margem esquerda do rio de 20.960 metros. Limita-se ao norte com a posse de José Isaac Pontes; a leste com o rio Seruini; ao sul com terras devolutas, e a oeste com o igarapé Mixiri.

O posto situa-se numa região insulada, onde não trafegam outras embarcações senão as da Inspetoria. É um povoado que se vem formando em plena floresta: duas filas de casas que se alinham paralelamente em forma de avenida, e à entrada desta o vasto barracão da sede: é um edifício de fachada elegante, coberto com telha de Marselha e provido de dois pavimentos; as casas do posto são de sólida construção e assoalhadas de modo que os Índios vivem "comodamente nos seus domicílios".

Num terreno elevado ficam as plantações. Lá produz-se farinha, açúcar, mel, feijão, arroz e milho. Existe um projeto de produção industrial com máquinas instaladas. Além desta infra-estrutura agrícola há uma horta, um galinheiro e um campo de pastagem de gado.

Entretanto a produção industrial e agrícola não chega a atender às necessidades da população relativamente numerosa, e torna-se urgente o auxílio da Inspetoria, que fornece gêneros alimentícios, roupas, ins

trumentos de lavoura e medicamentos.

Em 1927 reside naquele posto uma população de 85 índios Apuriná, e nas imediações há mais 300 Apuriná que por brigas antigas não querem morar na localidade, embora mantenham comércio e relações amistosas com o pessoal do núcleo.

O Inspetor no rio Purus e seus afluentes é o Major João de Barros Veloso da Silveira, que logo se torna dono do seringal Caçadoá, onde os índios encontram um "verdadeiro centro de hospitalidade e onde seus recreantes ou enfermos são recolhidos com paternal carinho".

Em 1929 há 91 moradores distribuídos em 20 casas, todas de madeira de lei, assoalhadas e cobertas de caramáí. O encarregado do posto "Marienê" é Leonardo da Costa e Silva. Manda abrir a avenida "Conçalves Dias", constroa a escola "Padre Anchieta", e o barracão das máquinas de beneficiamento dos produtos agrícolas. Calcula a população indígena dos índios Apuriná nos rios Tuniã, Sepatini e Tacacuirí em 1.500 pessoas.

A década de 1930 a 1940 registra um quase total abandono por parte da Inspetoria. O delegado da Inspetoria do rio Purus já é dono do seringal Caçadoá desde 1925, e o encarregado torna-se dono do seringal Pernerri, para onde pede as mercadorias destinadas aos índios de Marienê. Em 1940 residem apenas 25 Apuriná nas imediações do posto, o resto está espalhado pela beira do Purus, trabalhando como mão-de-obra barata nos seringais dos delegados.

Outro estabelecimento do SPI no rio Purus é o posto indígena do rio Tuiní, chamado "Manauacá", e está a serviço dos índios Jamamadi. A área total de "Manauacá" é de 18.000 metros de frente em ambas as margens do rio Tuiní, sobre 10.000 metros de fundo. Habitam ali 85 índios Jamamadi, produzindo borracha e castanha. É constituída de 10 barracas de madeira de lei, com uma avenida de 700 metros de extensão, formada por árvores frutíferas.

Em 1943, o posto "Manauacá" é transferido a cinco milhas distante na mesma margem direita, pelo encarregado Francisco Lopes de Lima. Neste mesmo ano são assistidos apenas 28 índios; o resto voltara às suas matas. Como atrativo pensa-se em fundar uma escola de ensino primário.

O posto indígena "Manauacá" é desativado por volta de 1945. A partir de 1969, Adalberto Bezerra explora o posto, e depois dele, o seringueiro Dico Pacheco.

O posto indígena "Marienê" é desativado por volta de 1950, e suas terras são vendidas à firma Manasa pelo genro do então inspetor dos Índios, Major João de Barros Veloso da Silveira. O chefe de posto, Leonardo Solon, também genro de João de Barros, é dono do seringal Penerí, atualmente, em poder de Zé Cordeiro. Leonardo Solon abandona o posto, entregando a chefia ao regional Antônio de Brito, que pouco depois a passa ao Apurinã José Gabriel, conhecido como Capitão Será. Finalmente a chefia, com autoridade recebida do delegado de polícia, fica para o Índio Apurinã José Amadeu Lopes, filho do velho Jacinto.

Interessa-nos a demarcação das áreas indígenas nos rios Cuniuá e Tapauá pelo SPI, em 1930. Uma expedição do SPI atuando na jurisdição dos postos Tuiní e Seruini, composta pelo auxiliar Santana Barros, o engenheiro agrônomo Admar Thury e o fotógrafo Anastásio Queiroz, realizada entre 18 de março e 24 de abril de 1930, tem por objetivo fiscalizar a ação dos delegados do baixo rio Purus e demarcar as áreas indígenas nos rios Tapauá e Cuniuá. Visitam a tribo Mamori, no rio Canaça e no Paraná Mamorí, afluentes do rio Cuniuá, extensão entre o Riozinho e o Coxodoá, onde é feito um recenseamento de 65 Índios (22 homens, 21 mulheres, 22 crianças, inclusive uma Katukina, uma Jamamadi e uma Marimã). Para a demarcação é proposta a seguinte área: os lotes, onde estão localizados roçados e malocas, abrangendo o igarapé do Mamorí à margem esquerda do rio Cuniuá e o Paraná Mamorí, onde está situada a maloca velha à margem direita do rio Cuniuá.

Depois fazem visita à tribo dos Katukina, no rio Canaça e Coatã num total de 51 pessoas, tendo esta tribo sofrido vários surtos de gripe em 1922, 23 e 24, que aliás haviam se alastrado por toda parte dos rios Cuniuá e Tapauá. A proposta para a demarcação da área indígena inclui todo o rio Coatã, onde residem os Índios Katukina.

Enfim chegam à tribo Paumari, localizada no lago Tamanduá, no rio Tapauá, onde deixam anotado como terras pertencentes aos Índios os lotes denominados Tamanduá, no rio Tapauá, com limites naturais à margem direita do baixo rio Tapauá. Assaí, situado no lago Assaí, à margem direita do

baixo rio Cuniuá.

Localizam os seguintes grupos nos rios Cuniuá e Tapauá:

- Paumari - no baixo rio Tapauá e rio Purus até a foz do Ituxi
- Mamori - no médio rio Cuniuá
- Katukina - no rio Coatã, afluente do rio Cuniuá
- Marimã - no Riozinho, afluente do Cuniuá
- Tucumanduba - no baixo rio Canaçã, afluente do rio Cuniuá
- Araçadaini - nos rios Coxodoã e Aroã, afluentes do rio Cuniuá
- Juma - nos rios Piranhas e Içuã
- Kanamadi - nos rios Curiã e Içuã, afluentes do rio Piranhas
- Jamamadi - nos rios Banauã, Rio Branco e Joarí
- Jarawara - nos rios Apituã, Curiã, afluentes do Catahixi, que é confluente do Purus.

O Relatório do SPI de 1942, além de enumerar os grupos acima citados, acrescenta ainda os grupos Pauquirí e Beidamã no rio Cuniuá, estimando os indígenas desta área em mais de 1.000 pessoas. Diz ainda que os índios Mamori, perseguidos pelos Katukina, se haviam mudado para as cabeceiras dos rios Ipixuna, Mucuim e Jacaré, que são afluentes da margem direita do rio Purus.

## 2. LEVANTAMENTO DA ÁREA

A equipe de pastoral indigenista da Prelazia de Lábrea, procedendo ao levantamento sobre a situação dos índios da região constatou cinco áreas de grupos indígenas arredios:

- na cabeceira do rio Piranhas
- na cabeceira do rio Branco, afluente do Piranhas
- na área do Riozinho
- na área do alto Cuniuã
- nas cabeceiras do Jacareúba, afluente do rio Mucum, afluente do Purus.

Verificou-se que a área do Riozinho era conflitiva, sendo que a frente extrativista (sorveiros, madeireiros e seringueiros) entravam em contato não-pacífico com os índios arredios. A penetração indiscriminada na área dos índios desconhecidos poderia levar a qualquer momento ao extermínio do grupo por epidemias de gripe, sarampo, ou mesmo por ação armada.

Em 26 de setembro de 1978 é feito sobrevôo com rota prevista para "pentear" as cabeceiras dos afluentes esquerdos do rio Piranhas e do alto Riozinho. As malocas são localizadas rumo 285° a partir de Lábrea, 20 km adentro da margem do Riozinho.

No início de outubro faz-se a primeira penetração por terra, explorando a região dos índios Jamamadi até o rio Curiá, afluente do rio Piranhas. Nesta viagem, os índios Banauá-Yafí confirmam a existência de vários grupos arredios, inclusive no Riozinho. No entanto não indicam detalhes ou dados sobre denominações.

Em 25 de outubro de 1978 é feita a viagem para o rio Cuniuã, que levou 6 semanas, com o objetivo de conhecer a realidade local dos índios arredios e explorar os rios Coxodoá e Riozinho. Desta viagem resultam as seguintes informações:

O Sr. Carlos, morador do Caroco, Cuniuã, informa que tem um roçado acima do igarapé dos Índios, afluente da margem direita do Coxodoá,

3 horas acima de motor de rabeta. O igarapé dos Índios é considerado, desde muito tempo, área de perambulação dos índios arredios, onde eles têm um varadouro. Mesmo vivendo permanentemente na região, observando diariamente vestígios dos índios, estes não aparecem no roçado, evitando contato, embora dentro do igarapé os índios tivessem tido contato com sorveiros, como por exemplo com peruanos que ali trabalham. Diz que entre os índios há um aleijado, picado por uma cobra.

Esta informação corresponde a uma outra, recebida em Lábrea pelos Sr. Luis, cujo filho Evilázio também manteve contato com os índios. O aleijado outra vez estava presente, e apontando para a perna, falava "macã", que na língua dos índios Jamamadi significa cobra.

Os índios do Coxodoá, como são conhecidos pelos regionais, teriam aprendido algumas palavras da língua Deni como "sarasará - terçado", "barí - machado, pié - sorva, kahili - anzol," etc, embora não fosse verificado o contato algum entre as duas tribos vizinhas. O tuxaua teria a orelha furada com um pau atravessado. No peito teria uma faixa preta de tatuagem. Teria autoridade na tribo, pois era ele quem distribuía os anzóis que os sorveiros lhes ofertavam e acalmaria os mais fogosos, passando a mão no braço, esfregando para tirar o espírito mal. Fazia operações aritméticas a começar pelo dedinho até o polegar. Usaria o cabelo cortado em forma de cuia. Teriam as mãos espocadas de tanto trabalhar. Estariam interessados em adquirir machados e terçados.

Em Lago Grande, Cuniuá, moram os peruanos, e Dom Cesar informa que já tivera fala 12 anos atrás, quando naquela oportunidade quiseram levar o filho Cezito. Tem um roçado pouco acima da boca do Coxodoá, onde os índios transitam, deixando cana de açúcar e bananas, sem porém procurarem contato.

Na alvarenga do comerciante Raimundo Batista, o braçal Sunavi, filho de índios Tamacurideni e Waraçadeni, informa, que em 1977 acompanhou o sorveiro Adenir para a maloca dos índios do Coxodoá. Subiram o igarapé dos Índios dois dias a remo até encontrar o varadouro. Entraram nos roçados de manhã, passando até o meio-dia por cinco malocas desabitadas. Quando se deu o contato, os índios apontaram as flechas, desarmando o grupo, e inutilizando as armas. Uns ganharam banana verde que tiveram que comer sob



a mira de flechas, e foram convidados a se retirarem. À noite chegaram na boca do varadouro no igarapé do Índio. Acrescenta que em toda a extensão do Coxodoá há vestígios de perambulação, desde o roçado do peruano até o alto, com piques, quebradas, cestos de envira e palmeiras abandonadas, sinais de fogo e de pouso.

No Canaçã, Cuniuá, informa-se que seringalistas queriam de qualquer forma abrir frente na área indígena, com o projeto de mandar 28 homens para explorá-la.

Chico Severo, morador do Morro da Penela, Cuniuá, informa, que índios Murukadeni (Deni) teriam queimado tapiris dos índios do Coxodoá, que por sua vez teriam respondido com a queima dos tapiris deles.

Levando todas as informações em conta, é feito o levantamento dentro do Coxodoá e igarapé do Índio, onde é constatado a existência do roçado dos peruanos e a exploração de sorva e castanha.

O relatório do SPI de 1942, referindo-se aos Katukina e Mamori, diz muito destes últimos, que perseguidos pelos Katukina, mudaram-se para as cabeceiras dos rios Ipixuna, Mucum e Jacaré. Esta versão corresponde a um fato levantado na colocação Caroco, Cuniuá. Lá mora a Índia Valdira, filha de Paumari e Mamori. Mãe e tio sobraram de um ataque feito pelos Katukina entre 1940-50.

Os Katukina moravam no rio Coatã, afluente do Cuniuá, de onde o cearense Joaquim Cartácio, patrão dos índios, os transferiu para a colocação Firmino. Estes foram armados contra os Mamori, que moravam no igarapé Mamori, afluente do Cuniuá, porque não lhe queriam entregar a produção. A briga começou por causa de mulheres, e Cartácio se aproveitou da situação, mandando exterminá-los. Hoje existem apenas alguns indivíduos como o Mamori Kurari, morador no Caroco e o Katukina Anu (Angelo), morador em Canutama. Afirma alguns moradores que uma parte dos índios Mamori havia se refugiado para o centro da mata do Riozinho, misturando-se com o grupo de Coxodoá.

Procede-se em seguida o levantamento na área do Riozinho onde se constata um roçado e moradia de Mestre Raimundo perto da foz e outro roçado com moradia, 7 horas de motor acima. Os moradores informam que o Riozinho antigamente era chamado de "Riozinho dos Marimã ou Maimã" por causa de uma tribo que ali morava. Dizem que os índios do Coxodoá seriam os mes



mos do igarapé Pretão, onde ocorreram vários contatos com sorveiros, sendo que lhes tiravam as ferramentas, e os expulsavam depois de desarmá-los. Um outro grupo de índios arredios andaria perto da boca do igarapé Piquiã, afluente da margem direita do Riozinho, e que raramente se mostravam.

O Sr. Nena Alecrim, explorador do alto Riozinho e igarapé Pretão confirma a presença dos índios em toda a extensão da margem esquerda do Riozinho, desde o Pretinho até as cabeceiras. No Pretão encontrariam-se vestígios recentes. Existiria uma espécie de picada ao longo do igarapé que mais acima desaparece. Por várias vezes "topou" com os índios, que se fizeram presentes apenas por arremedos de gritos de bichos.

Perto da boca do Pretão é feito o acampamento, de onde são realizadas várias excursões para dentro da mata e do próprio Pretão, explorando a situação geográfica e estudando o projeto de penetração. A presença dos índios é confirmada por uma série de vestígios ao longo do Pretão. As malocas são notadas rumo 240º, 30 km adiante.

Conclusão do levantamento "in loco": embora não se tenha notícias de atos criminosos na área indígena entre os igarapés Pretão e Coxodoá, a situação é iminente exigindo proceder à contatação daquela tribo. Sua área é rica em sorva e portanto cobiçada. Pelos contatos esporádicos e indiscriminados com regionais, os índios correm o risco de serem extintos por surto de epidemias, além de sofrerem outros tipos de violências físicas e culturais da frente extrativista.

O Pretão é escolhido como área de operação, uma vez que o igarapé do Índio, no Coxodoá, está perto demais do Cumiuã, centro do comércio extrativista, e que não oferece a segurança necessária para índios em fase de contatação.

### 3. CONTATO

A expedição inicia-se no mês de março de 1980. Penetra pelo igarapé Pretão, onde no mês de janeiro do mesmo ano ocorreu a expulsão de um grupo de sorveiros. Logo são encontrados sinais de antigos acampamentos dos índios. É descoberto o varadouro. Avança-se, então, até chegar na primeira roça e logo em seguida na primeira maloca, que está sem sinal de vida. Uma semana depois volta até a primeira maloca e logo percebe que os índios tinham andado por lá. Continua a caminhada até a segunda maloca e ali escuta vozes de crianças que correm. Deixa dois terçados, um machado e alguns colares de outros índios como presente e se retira para o acampamento. No dia seguinte, no dia 8 de maio, pelas oito horas, vêm aproximadamente 40 guerreiros que cercam o acampamento, enquanto alguns entram sob a proteção de flechas da retaguarda. A equipe entrega como presente dois terçados e quatro machados. Os índios oferecem cana-de-açúcar. Aceitam farinha e bolacha que comem. Mandam que os membros da equipe tirem as roupas, e cortam seus cabelos. Na oportunidade é gravada uma fita, e são tiradas fotografias.

Um dos membros da equipe sofre uma emboscada tendo sido ameaçado com flechas, mas logo se percebe que são provas e testes para ver se os homens brancos são pacíficos. Embora não haja hostilidades, o contato está carregado de tensão.

Este primeiro contato dura seis horas. No final os índios dão sinais para que a equipe desocupe a área e que regresse com mais terçados, machados, anzóis, facas e cachorros.

No dia 22 de novembro de 1980 dá-se o segundo contato com o grupo arredio. Considerando os pedidos dos índios, são levados os respectivos objetos com exceção de cachorros, até dentro da maloca. Depois de quatro horas de caminhada, a equipe chega à primeira casa já conhecida anteriormente. Encontra-se desocupada, e mais adiante encontram mais duas malocas igualmente desocupadas. Chegando na quinta maloca, encontram um homem trabalhando só. Quando o índio os percebe, agarra a cana e abacaxi e sai ao seu encontro, recebendo da equipe os terçados e machados. Depois

disso, o índio sai daí, gritando e fazendo sinais para que o seguissem. Não demorou muito, vislumbra-se a outra maloca com 30 índios saindo ao seu encontro, todos armados de arco e flechas. No entanto não dão sinais de desgosto por encontrá-los aí, ao contrário.

A casa está cheia de gente. Talvez umas 100 pessoas. As redes se encontram esticadas em todas as direções e alturas. Começam a trazer comida, cada qual com coisas diferentes. Em poucos instantes as mãos se encontram cheias de carne, abacaxi, milho assado, patauã e bananas. Depois mostram as roças, onde presenteiam milho verde para comer e carregar. A equipe admira os imensos roçados que possuem, fatura em abacaxi, milho, mandioca, pupunha, banana e cajú.

#### OBSERVAÇÕES

Parecia que estavam esperando pela chegada da equipe, pois logo todo mundo perguntava pelos cachorros (au-au). Ficaram muito decepcionados quando se convenceram de que não os traziam. O tratamento que lhes dispensaram fora da maloca foi muito mais violento e agressivo que dentro da mesma. Mostram que são decididos quando querem alguma coisa. Estão seguros de si dentro de sua área, tanto assim que dispensam o arco e a flecha quando os acompanham.

IV. OCUPAÇÃO DA TERRA

1. AUTO-DENOMINAÇÃO E LÍNGUA

Auto-denominação: ZURUAHÁ

O grupo provavelmente pertence ao tronco linguístico Aruak, como mostra o quadro abaixo, embora pouco ainda se saiba sobre a estrutura gramatical da língua Zuruahá.

PORTUGUÊS	ZURUAHÁ	PAUMARI	JAMAMADI	D E N I
cabelo	kunã	kaafani	kunē	kunē
orelha	werubí	moroboi	nerebu	waribu
nariz	wedí	wiridí	widí	ivenē
pé	tama	damai	temē	amurí
osso	ahtonaní	bajarona	tunē	tunē
sangue	amã	ama	emenē	ama
onça	djumahí	jomahí	yumahí	zumahí
peixe	abá	abá isana	abá	aba
cobra	maká	makha	maká	maka
milho	kimí	jaroora	kimí	tapá
árvore	aga	awa	awabibe	ava
rapé	xinã	hajiri	sinã	ssinã
lua	abarigú	masik̃	abarikú	abazikú
estrela	amoã	bowirí	amuã	amuvã
pedra	djasí	jadí	yatí	siba
varadouro	agí	hagihí	hawi	haví
machado	barí	jorí	barí	barí
marido	miehkí	makhira	maki	makki
pai	abidí	bií	abí	abí
mãe	amidí	miã	amí	amí

## 2. ASPECTOS CULTURAIS

Os Zuruahã são de média estrutura e de pele bronzeada. Parece haver dois tipos distintos no grupo: o índio mais claro, de rosto oval, nariz saliente, boca pequena, os membros proporcionados; e o índio de pele mais escura, de rosto redondo, de saliências zigomáticas acentuadas, boca larga, cabelos axilares mais desenvolvidos e com sinais de barba.

Os homens usam no lóbulo perfurado um pauzinho (werubé kane cí) atravessado. Portam o cabelo curto, cortado redondo e caindo do ponto central para todos os lados em forma de raios. Segue uma segunda camada mais fina, de uns 3 centímetros, e separada por um corte divisor, vai até a altura da orelha; o cabelo atrás atinge a altura da nuca às vezes é tingido de urucum.

Como vestuário usam um suspensório (wábθ), preso ao cordel da cintura, feito por um cordão de cipó ou de algodão. O prepúcio viril é amarrado em posição vertical, ao passo que um feixe de cordeis no comprimento do membro cai solto por cima. Cordel e franjas são pintados de vermelho. Por fora do feixe de franjas pode ser enfiada uma folha verde, ou o suspensório é simplesmente constituído por um cipó e uma folha verde.

As mulheres portam o cabelo da mesma forma que os homens. Normalmente não empregam nenhum adorno para realçar o corpo, que apenas é pintado de urucum. Todavia usam alguns enfeites (karučú) como colares de dentes de onça, e de outros bichos; chocalhos feitos de frutinhas e usados por cima da tanga; cintas feitas de caroços de frutinhas ou sementes brancas em forma de colar com diversas voltas, igualmente usadas por cima da tanga e fios de algodão ou envira, enfeitadas com peninhas juntadas em forma de uma flor e presas na altura das extremidades da tanga.

Como artigo de vestuário usam a tanga (zukwaté), feita de um cordel e um feixe de franjas de algodão de 10 centímetros, caindo verticalmente na frente à altura das extremidades de ambas as coxas, sendo pintada de urucum. Também a tanga das mulheres pode ser substituída por uma folha verde, presa ao cordel de cipó. Tanga e adereços sempre são amarrados ao lado da

cintura. Em torno do tornozelo e do pulso empregam pulseiras feitas de fios de algodão. No septo nasal, às vezes, portam um talo fino de capim.

Ambos os sexos tem o septo nasal perfurado, ao passo que somente os homens usam o lóbulo perfurado, enfiando, às vezes uma pena de arara. Esses empregam também um coroa em forma de uma aba de chapéu.

Ehrenreich visitou os índios Jamamadi em 1888 e nos informa, que são de constituição esbelta e graciosa. O rosto, em geral, tem boa configuração, apresentando zigomas salientes, a fronte relativamente baixa e a boca larga orlada de lábios finos. A cor de sua pele é mais clara. Embora em escala menor sofrem também da moléstia da pele. O cabelo é fino, entre castanho e preto, de textura corredia, raramente ondulada. Acima da testa cortam-no direito e atrás deixam-no cair comprido sobre as costas.

Como vestuário usam o suspensório (kanahafá), sendo que o membro viril é puxado para cima com auxílio dele, preso ao cordel da cintura. O suspensório consiste em um pauzinhode 6 a 7 cm de comprimento, envolto com fios de algodão, o qual tem na face posterior um laço que segura o prepúcio, enquanto na frente cai à maneira de franjas um feixe de cordéis reunidos em forma de chumaço.

As mulheres usam simples tangas de franjas curtas (kanaha-fá).

Frequentemente os homens usam cordeis trançados de algodão, dispostos em forma de cruz sobre o peito e as costas.

Steere encontrou duas malocas no Mumoriazinho e informa, que ambos os sexos perfuram os lóbulos das orelhas e o septo nasal. Os homens empregam pequenas rolhas de taquara ou de resina nas orelhas, e as mulheres pequenos discos de madre-pérola presos a pequenos cordões que atravessam as orelhas e são amarrados atrás da cabeça, ficando o disco visível na frente do lóbulo. Ambos os sexos usam no nariz pequenos pedaços ocos de madeira. O chefe mais jovem usava na-

que, a oportunidade uma grande pena vermelha de arara que sobressaia num dos dois lados do rosto.

Os homens usam geralmente uma cinta estreita de cordas com um pingente de penas ou patas de anta ao lado. As mulheres empregam colares de dentes de macaco, conchas brilhantes e braceletes de entrecasca e de contas brancas. Nos dias de festa, os homens usam coroas com forma de uma aba de chá - péu.

As mulheres Jamamadi, embora usando roupa, ainda hoje apreciam cocares, feitos de penas de arara e tucano, colados com bréu e amarrados na cabeça. No pescoço portam vários tipos de colares de sementes ou dentes de macaco, e na perna um bracelete (kalikicĩ), feito de conchinhas do rio, que são ligados por um fio de algodão.

Tem-se conhecimento de 15 malocas (odã) numa distância de 2 horas de caminhada, todas apresentando a mesma estrutura cônica, e se distinguindo apenas por seu tamanho e pelo acabamento da ponta do telhado.

A maloca pode medir até 28 metros de diâmetro e quase 15 metros de altura. A casa parece ser um teto enorme, sentado num círculo de pequenos postes de 1 metro de altura. Essa abertura representa porta e janela. O teto é formado de uma estrutura de grandes linhas (odágari), que se apoiam no círculo inferior (kawánaru adahãde). Esse círculo é feito de várias linhas de madeira trabalhada, e amarradas são forçadas para dar a forma redonda. Na altura de um terço do comprimento das linhas segue o segundo círculo (kawánaru ahadê), que suporta a pressão das linhas pesadas. As folhas de caraná (zarawahê) da cobertura são entrançadas e sobrepostas de baixo para cima, formando assim o colmo. Do segundo círculo descem vigas reforçadas, suportando o peso da cobertura e servindo de repartições, destinadas às habitações das famílias. O centro é vazio e sem postes centrais. Nas malocas há 8 a 12 repartições de 12 a 15 núcleos familiares. Estas repartições são formadas por um triângulo de esteios e vigas, um principal vertical que apoia o arco superior, e outros horizontais, amarrados naquele e nas linhas da cobertura. O triângulo pode ter outras ligações laterais para atar as redes.

Como material de construção é usada madeira para vigas, cai

bros e linhas; caranaí (folhas de uma palmeira) para a coberta, e cipó e envira para as unções.

Steere informa que a residência dos índios Jamamadi é uma grande casa comunal de forma cônica provida de celas ou quartos para todas as famílias da aldeia. Estas se posicionam em círculo dentro da parede interna do edifício, deixando o centro limpo para danças e assembléias. A construção tem cerca de 130 pés de diâmetro, e 70 pés de altura. A estrutura consiste em 100 pequenas estacas e 4 pés e meio de altura e a 4 pés de distância umas das outras.

Próximo à extremidade superior dessas estacas está amarrado um certo número de traves, formando um forte círculo, ligado a cada estaca por meio de enviras. Dentro deste círculo externo de estacas a uma distância de cerca de 12 pés há um segundo círculo de postes mais fortes, de cerca de 14 pés de altura e distantes um dos outros cerca de 12 pés. Nas extremidades desses postes há chanfraduras e nestas outras traves que, amarradas ponta a ponta formam um segundo círculo. Traves compridas e delgadas estão atadas pela extremidade mais grossa ao círculo externo, de 2 em 2 pés de distância, e apoiam-se no círculo interno na direção da cumieira do edifício. Algumas das mais compridas atingem a cumieira, onde estão amarradas. Sobre esta estrutura está presa uma cobertura de colmo. É constituída por feixes de 2 pés de espessura e 8 ou 10 de comprimento, formada de folhas de palmeira caranaí, cortadas longitudinalmente e trançadas sobre um pedaço estreito de madeira. A primeira camada de colmo está colocada na extremidade das ripas bem sobre os postes mais baixos e cuidadosamente ligada a cada ripa, sendo feixes amarrados extremidade contra extremidade, de modo a darem volta à construção. Uma outra camada está disposta sobre esta, cobrindo-a cerca de 1 pé e assim por diante até à cumieira. Não há portas nem janelas; o espa-



ço entre as estacas do círculo exterior e abaixo da camada mais baixa do colmo dá entrada à luz e ao ar. O espaço entre os círculos de postes internos e externos é dividido em quartos, pela colocação de uma trave à altura de 4 a 5 pés, que vai de cada poste interno até a extremidade da estaca externa correspondente. Isto forma 25 celas de 12 pés quadrados. As traves servem para suportar as redes dos ocupantes. Todo o edifício é cuidadosamente construído, mesmo as enviras aí usadas são descascadas e raspadas.

Steere conta, que os Jamamadi tinham abandonado este grande edifício por causa de peste. Construíram vários ranchos de 14 pés quadrados, cobertos de colmo. Estes eram inteiramente abertos dos lados e possuíam estrados feitos de pedaços de palmeira, à cerca de 2 pés de altura do chão, servindo de assoalho. Assemelhava-se muito mais à habitações mais pobres do tapuia e provavelmente tinham sido feitas à sua imitação.

Ehrenreich observa outro tipo de casa dos Índios Jamamadi: a base da casa é elíptica, quase oval, medindo 12 metros de diâmetro maior, e 6 no menor. A entrada se encontra num dos lados estreitos. 3 postes medianos, de uns 7,5 metros de altura carregam a cumieira. Um quarto poste com 3 quartos da altura dos outros, completa a série e serve para sustentar a parte arqueada do lado estreito fechado. Uma vara horizontal liga os 4 postes. As séries de varas das paredes laterais curvam-se sobre uma série de traves horizontais, colocados a uns 3 metros acima do solo sobre estes. 3 esteios ficam em cada um dos lados compridos e um único no lado estreito. No lado da entrada as varas verticais convergem para a cumieira sem se apoiarem num suporte mediano. As traves horizontais que cercam a construção são ligadas com 2 postes medianos por meio duma armação de sarrafos; desta maneira, obtém-se uma espécie de sótão para guardar provisões, ao qual se sobe por meio de uma escada. Toda a

construção é coberta de folhas de palmeira.

Atualmente as casas dos índios Jamamadi não se distinguem das dos seringueiros, sendo que são construídas em cima de estacas, assoalhadas de ripas de paxiuba ou buriti e cobertas de palha de caranaí.

As malocas dos Jamamadi (Jarawara, Kanamadi, Banauá-Yafí) são localizadas como segue: nos igarapés Apituã, Curiá e Banauá, todos afluentes do rio Piranhas; no Mamoriá, na Boca do Acre, no igarapé Capanã, Sant'Ana e Teruini, todos afluentes do rio Purus. Os Jamamadi na área do Piranha subdividem-se em três grupos: os Kanamadi vivem nas colocações São Francisco, Niteroi, Palmeira, Canadá e Baná; os Jarawara moram ao longo do igarapé Apituã em 6 colocações, sendo que passam o inverno em terra firme (Ave Maria, Maracujá, Boa Vista, Paxiuba Velha, Nazaré e Poção), e o verão na região que lhes proporciona a exploração de produtos vegetais (São Francisco, Apituã, Sant'Ana, Demeter, Casa Nova e Água Branca). O terceiro subgrupo está situado entre os igarapés Banauá e Urucurí, e são chamados Massaranduba, auto-denominando-se Banauá-Yafí. Ainda existe uma maloca original dos Kanamadi em São Francisco como descrita acima por Ehrenreich.

As canoas dos índios Zuruahá são feitas de casca de uma árvore, provavelmente de Jutaí: a casca é tirada da árvore inteira no tamanho desejado da canoa e colocada de forma emborcada sobre o estaleiro, que é uma armação de paus que exerce pressão sobre as beiras. Por baixo do estaleiro é atizado um fogo brando, cujo calor faz com que a casca se encolha sob pressão dos paus, secando e endurecendo a canoa. As partes de proa e popa são curvadas por meio de pressão mais forte. Parece que não há muito uso de canoas (hiiní). Os remos (tomoré) são compridos, e sua extremidade apresenta forma de pá.

Ao contrário de Chandless, afirma Steere, que os Jamamadi usam canoas de casca feitas de uma única peça tirada de uma árvore que dizem ser o jutaí. As canoas tem cerca de 16 pés de comprimento e 3 pés de largura, tendo o fundo chato e as extremidades curvadas e amarradas, formando assim proas ocas. São amarradas de modo a assumirem a forma desejada, depois postas de borco ao fogo até secarem e endurecerem.

Diz que são usadas mais como meio de transporte rio acima e abaixo, do que como canoas de pesca. Os remos são longos e pontudos.

Hoje, raramente fabrica-se a canoa de casca, pois usa-se a canoa cavada de madeira, empregando-se uma só peça.

As armas dos índios Zuruahã são arco, flecha e zarabatana.

O arco (masaudã) é feito da madeira de pupunheira e mede aproximadamente 1 metro e meio. O lado externo do arco tem forma convexa, o lado interno é plano. A corda (tomorú) é trançada de fios de envira.

A flecha (töbö) tem aproximadamente 1,70 metros de comprimento: sua haste é de taquara (flechal) com a grossura de um dedo e sem empuçamento. Apenas na extremidade há peninhas curtas colocadas. A ponta da flecha é formada de madeira de paxiuba e inserida no flechal, amarrada com fios de algodão por meio de brêu, e tingidos. Esta parte comporta mais de um terço do total da flecha. Na extremidade da ponta há quatro entalhes de aproximadamente 20 centímetros, onde é passado o veneno.

A zarabatana (tohū) é feita de madeira de assaí, e mede mais de dois metros. É formado de duas partes iguais, cujo lado interno é cavado por meio de um formão de dente de cutia, abrindo assim um canal, que unido com o outro, forma o interior do cano. A parte exterior é recoberta de largas tiras de envira em forma de espiral e coladas por meio de brêu. A mira é um osso de macaco colado com brêu.

As flechinhas (kanecí) são fabricadas de estilhas da pupunheira. Suas pontas são afiladas, e por meio de um pequeno entalhe é sinalizado o lugar da pontinha a quebrar no animal. Na hora do disparo a ponta da flechinha é envolta com paina e ajustada ao orifício da zarabatana, usando-se para isso língua, dentes e saliva. A parte pontiaguda é envenenada.

Flechas e flechinhas são protegidas por uma capa feita de folhas de caranaí. A paina é transportada numa pequena bolsa trançada cuidadosamente com finos talos de cipó.

Os índios usam ainda flechas sem entalhes para apanhar os peixes, quando colocam tinguí. Há também uma espécie de lança de 1 metro e meio de comprimento. Essa peça é de madeira pesada.



de madeira pesada e de 1 metro e meio a 2 metros de comprimento e é de 4 centímetros a espessura.

Embora os índios Jamamadi se encontrem num processo de rápida aculturação, empregando portanto armas de fogo para a caça, os velhos objetos de caça como arco, flecha e zarabatana ainda estão em uso. São do mesmo feitio descrito por Ehrenreich no século passado.

Os Zuruahã fazem pouco uso de objetos naturais, de recipientes como cabaça ou cuia. A cerâmica, porém, é muito desenvolvida. Os trabalhos são executados pela mulheres: primeiro é modelada uma forma indistinta e grossa com fundo e barriga. Em seguida trabalha-se com esta massa até modelar a forma desejada. Pedacos compridos de barro são rolados na mão, e aplicados na parte da borda já seca, calcados com os dedos. Isso se repete cada vez que uma parte seca, até que se termine a forma. Quando o objeto está seco, é enterrado em cinza, sobre o qual se ajunta gravetos e folhas secas, e queimado.

Usam objetos de cerâmica de todos os tamanhos: pequenas cuias, que servem como prato e concha; panelas de uns 50 centímetros de diâmetro, com uma pequena aba na parte exterior; disco de barro em forma de um prato emborcado, que serve para fazer grolado de farinha e tostar as folhas do tabaco.

Os artigos de cerâmica dos Jamamadi são fabricados com argila sem nenhuma ornamentação ou pintura. O processo da produção é o mesmo que o dos Zuruahã.

Cestaria e tecelagem também são atividades femininas dos Zuruahã, embora determinados objetos sejam fabricados também pelos homens. As redes (howí) podem medir mais de 6 metros de comprimento: são feitas de envira. Para tecer a rede, são colocados dois paus à distância do tamanho desejado da rede, ao cujo redor se dá as voltas para sua armação; o fundo é feito, entrelaçando-se os fios horizontais com outros verticais; as extremidades são armadas para os punhos.

O fuso (barauã baní) é fabricado de uma lasca arredondada da palmeira e encaixada numa rodela de casca de jabuti. O algodão depois de descaroçado e afofado até formar uma tira, é preso numa ponta no fuso; este

é seguro pelo grande dedo do pé; então afina-se com as duas mãos um pedaço da tira, e depois de retirar o fuso do dedo, o fio é enrolado, enquanto se gira o fuso na coxa. Feito o fio, ele então é recolhido no próprio fuso.

A corda da rede é feita de envira: as extremidades de duas tiras são presas num pau, e com as duas mãos são firmemente esticadas, sendo que são torcidas uma sobreposta à outra alternadamente.

A tanga feminina (zukwaté) é tecida ao modo do fabrico da rede: primeiro tomam medida nos quadris; depois cortam o fio no tamanho certo e esticam-no entre duas pequenas estacas finas; em seguida colocam as franjas verticais da tanga, cortando o dobro do comprimento da franja; então desenrolam o fio entre o dedo do pé e o da mão e amarram-no ao fio estendido, de sorte que cada fio resulte em duas franjas que juntadas formam a tanga. Feita a tanga, penteiam os fios a fim de separá-los uns dos outros. Finalmente tingem a tanga com urucum.

Foi apresentado uma diadema de tecelagem fina: a largura da aba mede 2 centímetros, e o diâmetro é de 18 centímetros. O diadema é constituído de uma urdidura de 14 voltas de lascas finas de cipó. O trançado é feito, juntando-se as lascas por voltas simples, de maneira que entre o espaço da primeira fila de voltas é entreposta a segunda, que por sua vez liga a segunda, a terceira, etc... As últimas voltas são mais largas e enroladas com um fio de algodão.

O tipiti (xirikí) mede aproximadamente 80 centímetros, e é trançado de folhas de palmeira. É flexível e tem a forma côncava, aberto em toda sua extensão. Ao colocar a massa de mandioca, ele é torcido, e desta maneira, ele se fecha, segurando a massa que é exprimida.

Hoje a principal ocupação de tecelagem dos Índios Jamamadi é o fabrico de redes: são feitas da casca da castanheira nova. Esta é batida, lavada e em seguida secada; depois tiram os fiapos que são enrolados com a mão na coxa da perna até formarem o fio e finalmente o novelo de forma cilíndrica.

Na fiação de algodão usam um fuso feito de madeira e encaixado numa rodela de casca de jabutí: o algodão é descaroçado e afogado. Formando assim uma tira, cuja ponta é presa no fuso, que se segura no grande dedo do pé; então, com as duas mãos afina-se um pedaço da tira. Depois o fu-

so é retirado do dedo e o fio enrolado, girando-se o fuso na coxa; e feito o fio, é recolhido no próprio fuso. O processo de tecelagem da rede é o mesmo que o dos Zuruahã.

Ehrenreich informa que as redes são de fibra de palmeira ye fũ, mas somente os cordeis compridos são feitos desse material, enquanto a trama consiste em simples tiras de envira' torcidas com intervalos de 10 a 12 centímetros.

Os fusos tem tortuais de osso e estão isentos de qualquer adorno; de dentro destas destacam-se à maneira de borlas os cordeis iniciais e terminais.

O tipiti consiste num trançado de fibras liberianas, côncavo de 1 e meio metro de comprimento por 8 centímetros de largura, cujas extremidades terminam em atilhos estreitos. Para espremer a massa, esta é colocada na superfície interior côncava, enquanto se torce o trançado em forma espiral.

Os Zuruahã cultivam o emprego do rapê (kumanté ou xiná): primeiro as folhas são tostadas no fundo de uma vasilha emborcada sobre a brasa; depois são enfiadas numa forquilha, permanecem sobre a brasa até secarem; em seguida são pulverizadas num pilão, onde às vezes se adiciona uma certa dose de pó da casca de embaúba.

Embora seu uso não tenha hora nem lugar, é costume formar a roda do xiná antes de deitar. Ambos os sexos, inclusive crianças tomam rapê, colocando uma certa dose na mão da pessoa que o oferece, e inalando-o por meio de um canudo, que é um osso da perna do gavião. Às vezes, o rapê é soprado na narina do indivíduo por seu companheiro. Nesta ocasião pode-se ouvir os ruídos mais espantosos como espirros e tossidas, e muitas vezes dão fortes pancadas nas costas e na cabeça. O canudo de osso sempre é bem cuidado, usando-se uma vassourinha para a limpeza, que é feita de penas e um pequeno cabo de madeira. Comumente o rapê é renovado cada vez que se pretende tomá-lo ou então conservado em pequenos recipientes como o bicho de tuano.

Também Ehrenreich observa o uso do rapê na tribo Jamamadi:







uma espécie de cipô, que é raspado e pilado até constituir um pó fino. Este é drenado por meio de um filtro de folhas de banana e da paina, e a água fervida numa panela em forma de cuia gaúcha. Por meio de um pincel, feito de pêlo de porco com um cabo de madeira, mexem no líquido quente, que aos poucos se torna uma massa espumosa e branca, que passada na parte superior da cuia en endurece ao esfriar; em seguida passam o veneno nos quatro entalhes da flecha, deixando-os ensopados; depois deixam as flechas por cima do fogo ou ao sol para secarem. Então juntam um feixe inteiro de flechas, passando mais uma vez a massa venenosa, esfregando uma na outra. E uma vez bem passadas, limpam cuidadosamente as partes pingentes.

### 3. ORGANIZAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA E ECONÔMICA

#### 3.1. LEVANTAMENTO POPULACIONAL

Segue abaixo o censo nominal da população Zuruahã somando um total de 123 indivíduos.

A ordenação desta relação foi pensada segundo a colocação das famílias dentro de uma das 15 malocas, ou seja, na de Hamã, onde residiam por ocasião do recenseamento. (ver croqui de distribuição de grupos familiares).

Nesta nomenclatura são indicados: nome, sexo, idade aproximada de chefe da família, esposa e filhos; viúvas com os filhos ou apenas as viúvas; rapazes solteiros e órfãos de pai e/ou de mãe.

#### RELAÇÃO NOMINAL

NOME	IDADE	SEXO	
1. Ubunú	47	M	viúvo
2. Mosê	18	F	
3. Nakubunú	14	M	
4. Haragadê	10	F	
5. Ixahô	8	F	
6. Totokomã	5	M	
7. Diaxiri	70	F	viúva
8. Tehã	20	M	
9. Howí	18	F	

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

-43-

10. Wahidenĩ	2	M	
11. "sem nome"	2 semanas	F	
12. Aniomorũ	40	M	
13. Djedjawẽi	35	F	
14. Diatabũ	13	M	
15. Agonaseniĩ	8	M	
16. Uniawã	6	F	
17. Dzumari	4	M	
18. Agarehũ	2	F	
19. Kaniarũ	55	F	viúva
20. Tahũ	17	M	
21. Tixã	56	F	viúva
22. Aemũ	73	F	viúva
23. Xirũ	49	F	viúva
24. Hamidahĩ	4	M	
25. Karewã	11	F	
26. Tawaniawã	8	F	
27. Dihedĩ	23	M	
28. Bodinã	19	F	
29. Aruadzê	1	F	
30. Kimierũ	50	M	
31. Djementĩ	47	F	

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

-44-

32. Waharê	18	M
33. Xariniã	16	M
34. Xeburí	8	M
35. Xirakí	6	M
36. Onei	4	F
37. Tokwamô	30	M
38. Tyabai	20	F
39. Xixú	9	F
40. Botorô	7	F
41. Ihí	5	F
42. Kyanubuní	3	M
43. Kuzarê	2	M
44. Sobonê	72	M
45. Adjibí	67	F
46. Sadení	16	F
47. Neindí	36	M
48. Dimí	34	F
49. Hinidyeci	12	M
50. Ohozei	10	M
51. Nakohanã	8	M
52. Kararê	6	M
53. Odê	4	M
54. Harezozê	2	F
55. Kadjuwei	20	M
56. Waxiní	18	F
57. Xarahká	1	F

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

-45-

58. Wixikyamã	48	F	viúva
59. Yawākã	17	M	
60. Wanehã	15	F	
61. Tasukurú	13	M	
62. Amaní	11	F	
63. Djedjaburuwí	3	M	
64. Saminã	51	F	viúva
65. Wainidei	27	M	
66. Ohei	20	F	
67. Yaukekuní	1	F	
68. Bodê	56	M	
69. Xitarê	54	F	viúva
70. Djamorí	18	F	
71. Kabokí	51	F	viúva
72. Wainí	15	M	
73. Aihtenã	6	M	
74. Xamã	45	F	viúva
75. Kamokí	19	M	
76. Xaharê	12	F	
77. Aidei	7	F	
78. Xuruarê	5	F	
79. "sem nome"	1 semana	M	

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

-46-

80. Katarú	47	F	viúva
81. Tixinimã	15	F	
82. Xikwamã	13	M	
83. Mití	3	M	
84. Kamoki	18	M	
85. Hotorô	16	F	
86. Kuitã	33	F	viúva
87. Kabohã	8	M	
88. Mahkiriawê	4	M	
89. Namiderú	16	M	órfão
90. Tadjú	17	M	órfão
91. Ikunã	31	M	
92. Kuní	24	F	
93. Tintiní	6	F	
94. Narô	5	M	
95. Hetekã	3	F	
96. Akantê	7 meses	M	
97. Xibukwã	53	F	viúva
98. Tebiní	76	F	viúva
99. Kuxí	26	M	
100. Idyetiní	25	F	
101. Adyahí	3	M	

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

-47-

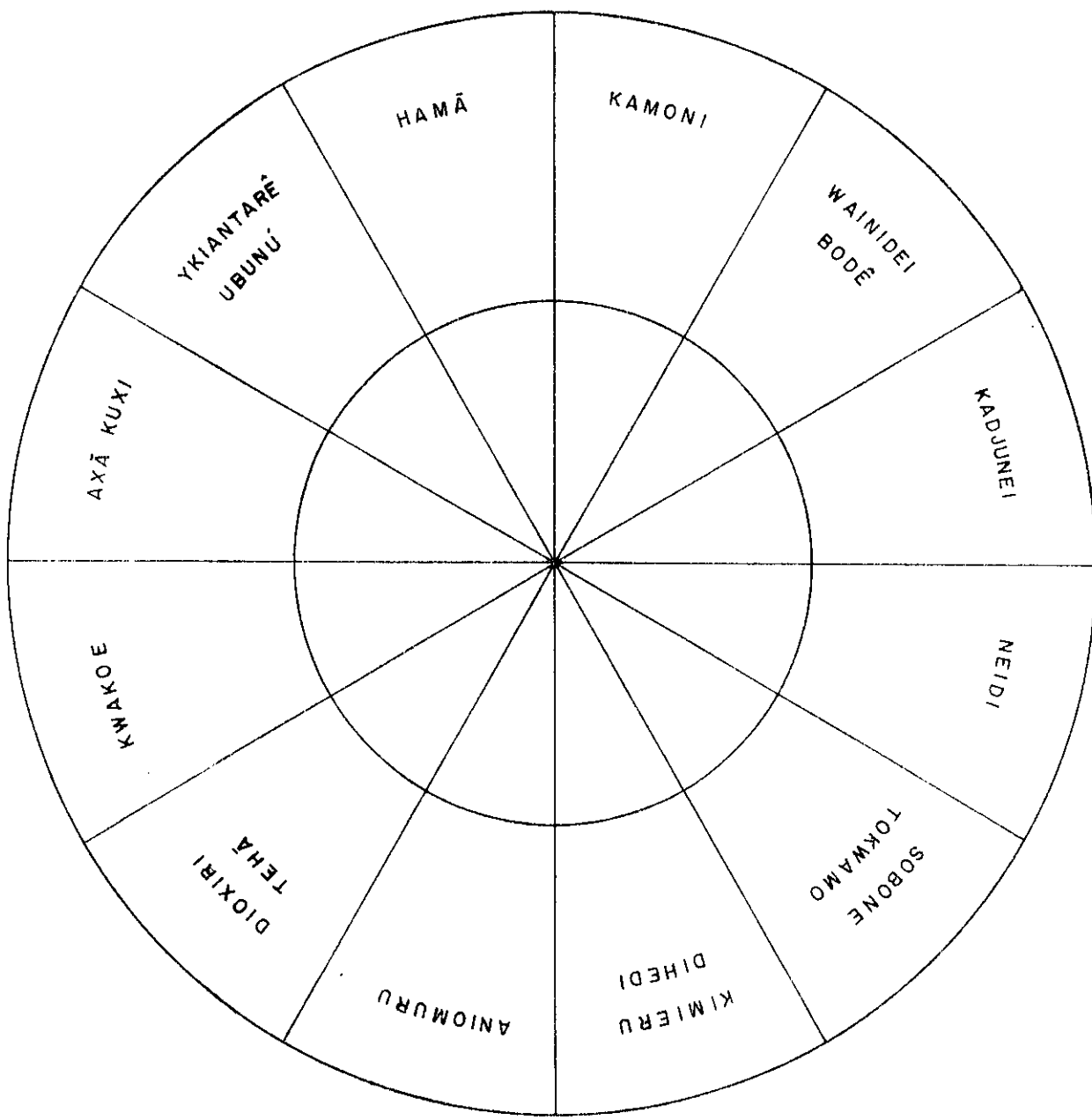
102. Idaminabí	1	F	
103. Ikyantarê	50	M	
104. Teriahkã	41	F	
105. Wanarê	19	M	
106. Hainixú	15	F	
107. Axumarí	6	M	
108. Axidyubí	4	M	
109. Tiití	2	F	
110. Kwakôe	22	M	
111. Morú	17	F	
112. "sem nome"	3 meses	M	
113. Ikidí	14	M	órfão
114. Aitohú	10	M	órfão
115. Axã	42	M	
116. Idyú	35	F	
117. Ibinã	12	F	
118. Totonê	10	F	
119. Aniã	7	M	
120. Kurikyanã	5	F	
121. Kowá	3	F	
122. Tetowã	1	F	
123. "sem nome"	3 semanas	M	

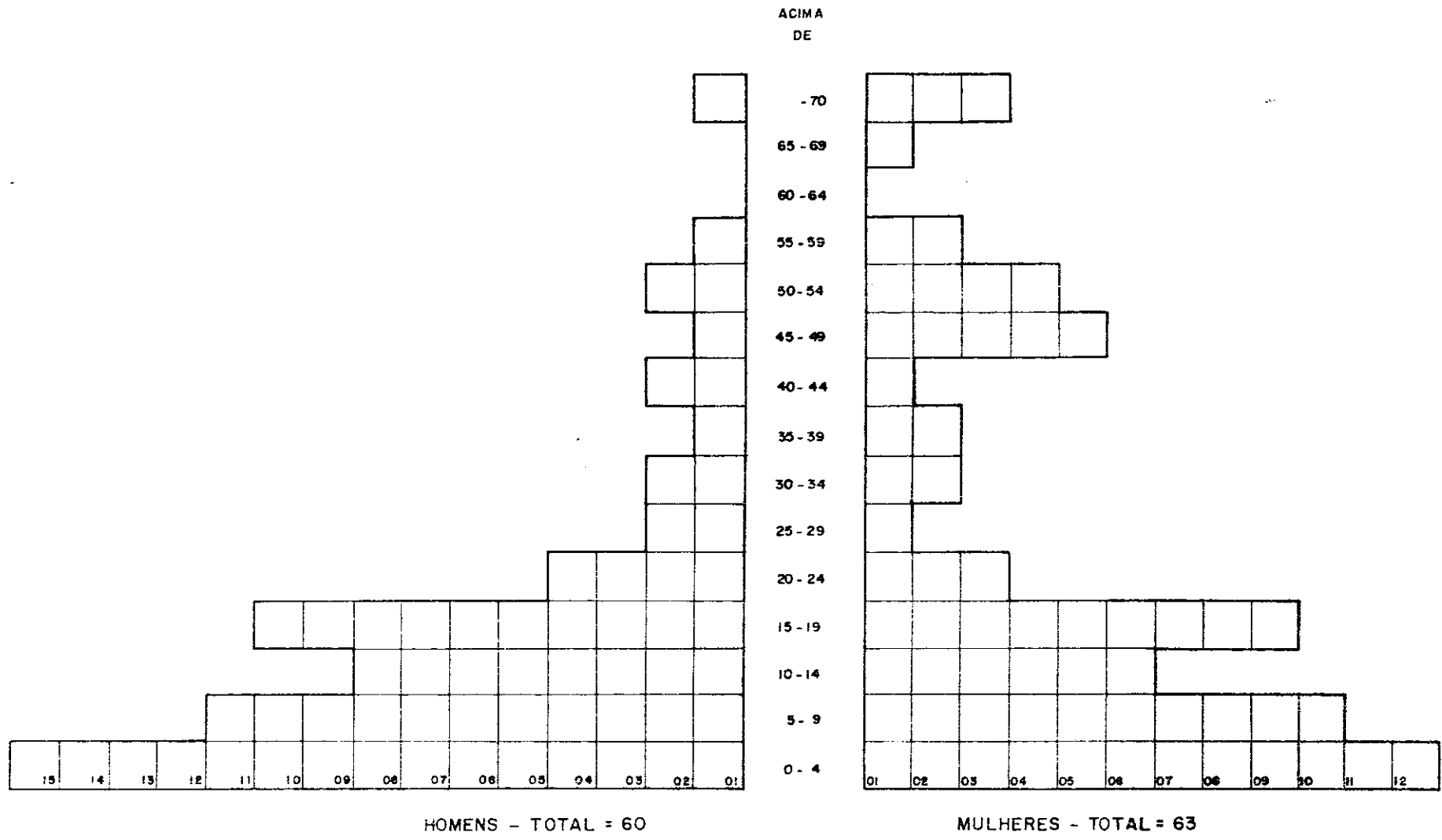
É importante notar, na pirâmide em anexo, o crescimento de mográfico nos últimos 20 anos como mostra o quadro:





CROQUI DA DISTRIBUIÇÃO DE GRUPOS FAMILIARES NA MALOCA HAMA-IRÍ





### 3.2. MEIOS DE ATIVIDADES DE SUBSISTÊNCIA E USO DA TERRA

A agricultura altamente desenvolvida garante a subsistência por uma grande variedade e quantidade de produtos agrícolas, que lhes fornecem os alimentos básicos, como mandioca, macaxeira, milho, batata, cará, cana, banana, etc.

No entanto a exploração da terra é fator de um complicado processo social, dinamizador de atividades comunitárias. Na área de cultivo estão distribuídas 15 malocas grandes. Cada maloca pertence nominalmente a um dono, ou seja, a 12 pais de família e 5 solteiros, os quais são responsáveis pela construção. O período da construção representa um processo importante na vida do grupo, pois estende-se praticamente pelo ano todo, durante as épocas do verão e inverno, abrangendo portanto outras atividades econômicas, inclusive tornando-as dependentes. Maloca e atividades diversas decorrem do sistema sócio-político do grupo, e estão funcionalmente relacionadas.

Há trabalhos individuais e comunitários, tanto o que se refere às malocas como a outras atividades. A escolha do lugar da maloca é motivada pela proximidade de uma roça ou vice-versa, e ambos pertencem nominalmente a um dono. Este dono convida outros a participarem na construção da casa e no cultivo da terra, delegando-lhes assim o direito de morarem nela, como também usufruírem da terra.

A primeira maloca vindo do Pretão, por exemplo, é de Hamã, portanto é chamada Hamã-irí-odã. Ele também é dono do pomar em volta dela, que consiste em bananeiras e pupunheiras. Na proximidade encontra-se a roça e, embora Hamã seja dono, há muitos outros com direitos sobre menores ou maiores áreas. Adquirem o direito de plantar pela participação na derrubada e queimada.

O mesmo acontece com as outras malocas onde todos participam e plantam. Cada área de uma maloca é economicamente autosuficiente por um determinado tempo. Esgotados os recursos de uma área, outro dono convida a mudarem à sua maloca. Se bem que as mudanças sigam a regras de atividades econômicas, não planejamento ou esquematizações. Pois é um processo dinâmico

mico, sujeito a alterações por determinados fatos. Nisto as lideranças são transferidos constantemente, dando ênfase à responsabilidade de cada um na participação da vida comunitária.

A distribuição das redes dentro de uma habitação, segue a padrões sociais: o casal perto do fogo principal, sendo que o marido, que usa uma rede maior, se coloca ao lado da esposa em posição mais alta; os filhos menores perto da mãe, os maiores ao lado do casal ou acima, conforme permite o espaço. Embora haja o fogo central da família, existem inúmeros outros individuais.

As atividades começam cedo com o preparo de armas e a saída dos caçadores, o preparo de comida e os trabalhos na roça. As mulheres, donas de um determinado plantio, geralmente convidam outras para colherem os produtos, que são repartidos em forma de troca mútua fazendo com que nenhuma cultura seja esgotada de uma só vez. Cada pé de planta ou de fruta tem o dono (dona), e sua exploração somente acontece com permissão dele. O sistema de troca mútua garante os meios de subsistência para todos, conservando as culturas nas diversas fases de produção.

Trabalhos comunitários são animados por "caldos comunitários": quando se procede a um trabalho que exige a mão-de-obra de muitos, procura-se primeiro uma caça maior, e todos os homens são convidados a participarem no "caldo comunitário", que antecede à distribuição da carne às famílias.

Todas as pessoas trabalham, inclusive as velhas, que participam nas atividades diárias como integrantes do sistema de distribuição dos produtos. Existe, porém, uma certa especialização profissional de pessoas mais habilitadas para determinadas atividades. Por exemplo Obunú é o "açougueiro" mais solicitado; Diaxirí, uma velha viúva, fornece artigos de cerâmica por encomenda, etc.

As crianças recebem um cuidado especial. Os menores são carregados pela mãe sentados numa faixa larga de casca batida (kazamã) no quadril, e andando pelas matas ou roças são levados nas costas, às vezes sentados no próprio cesto. Os pais dispensam uma grande parte do tempo dando-lhes atenção e carinho. Acontece que, mesmo estando no serviço, o pai de quando em vez toma o pequeno nos braços para brincar, entregando-lhe um presentinho como por exemplo um passarinho, ou fazendo-lhe brinquedos. Os maior

zinhos levam a vida imitando os adultos, brincando com pequenos arcos, flechas e zarabatanas ou treinando-se na tecelagem e fiagem. Portanto, a educação é um processo de socialização, onde as crianças aos poucos são introduzidas na vida da comunidade, aprendendo a tomar conta de si, e usufruindo de uma liberdade extraordinária. Os maiores já acompanham os serviços dos adultos, e sua força de trabalho pode ser solicitada com exigência.

Como no grupo Zuruhuã muitas coisas são exageradamente grande (maloca, roça, cestos, etc.), também o esforço dispensado nas atividades é enorme. Dias de grandes atividades são recompensados por dias de folga.

A maloca é o centro de atividades do grupo. Sua importância é expressa pela quantidade (15), distribuídas na área de cultivo entre os dois braços do Pretão, o Yokihí e o Wahtanahã, numa extensão de aproximadamente 12 km. Cada maloca é cercada por um pomar de bananeiras e pupunheiras e encontra-se na proximidade de uma roça. Velhas malocas são queimadas e aproveitadas para o plantio, principalmente de tabaco, cultivado em grande escala.

Durante a fase de construção foi observado um acampamento (odã-basã) de um conjunto de 10 tapiris, onde os grupos familiares se abrigam durante determinados períodos, mesmo tendo outras malocas por perto. Atualmente 3 malocas situam-se perto da forquilha dos dois respectivos braços do Yokihi, enquanto as outras 12 se distribuem entre o igarapé Korehá, afluente do Yokihí, e sua cabeceira. Entre os dois aglomerados existe uma grande extensão de mato e inúmeras roças velhas (hadará-hosã), que ainda são aproveitadas na colheita de ananás, abacaxi, cajú, banana, pupunha, algodão, urucum, maracujá. Algumas áreas de capoeiras são queimadas e cultivadas.

Apesar dos grandes roçados já existentes em ambas as partes, estes anos foram feitas derrubadas novas nas duas respectivas áreas. Com a aquisição de ferramentas, a tendência é aumentar ainda mais o cultivo das terras.

A tipologia econômica é dependente das estações do ano, como mostra o quadro abaixo. São também responsáveis pelas mudanças que ocorrem conforme o cultivo de áreas em cada época. Por exemplo a área do Yokihi, mais rica em pupunheiras, é habitada por um determinado tempo no período da colheita da pupunha, comida básica de janeiro à abril. Nesta área existe também uma grande quantidade de massa de mandioca puba armazenada nos igarapés,

que é utilizada, enquanto a roça nova amadurece. Ao mesmo tempo são exploradas as áreas de caça em terra firme e realizadas atividades como conserto de malocas.

## AGRICULTURA

As ferramentas empregadas na agricultura são o machado de ferro, e pás para cavar buracos. Para apanhar pupunha, usam uma vara comprida com gancho na ponta, sendo que se sobe numa árvore vizinha empregando pedunha (tamadzô). A maneira de plantar é rudimentar, não sendo observado nenhuma técnica agrícola aprimorada: milho, mandioca, macaxeira, batata, etc., são plantadas em buracos abertos por meio de um pau, enquanto, outras, como cana-de-açúcar, são fincadas na terra. Na medida em que se colhe certos produtos em roças maduras, estes são replantados imediatamente. O milho seco colhido é guardado em grande quantidade em pequenas malocas de roca. Para o cultivo de tabaco e pupunha são feitos canteiros.

### Produtos agrícolas:

mandioca	mama
macaxeira	Kudju
milho	kimi
batata	awabidiã
cará	baxê
inhame	ahadzubi
araruta	hahanê
cana-de-açúcar	kana
banana	katumê e xeri
ananás	aragoná
abacaxi	dzami
pupunha	masã
maracujá	sanarú

cajú	azuwã
tabaco	kumãtê
algodão	wabê
urucú	idahê
tingui	kunahã
flechal	tebe sarurú

### CAÇA

A caça é explorada o ano todo para suprir as necessidades de carne. É realizada em terra firme durante a época do inverno e nas várzeas somente durante o verão. Os principais varadouros de caça dirigem-se ao Riozinho desde o igarapé do Arigó, até suas cabeceiras, no oeste até o igarapé Matrinxã, afluente do Cuniuã, ultrapassando toda a extensão do Coxodoã até o igarapé Munguba ao norte. A área de caça é sinalizada por outros varadouros vicinais, por acampamentos menores e maiores, por pousadas individuais, por lugares de fogo e sinais de exploração de frutas silvestres e de material para objetos de uso dos caçadores.

A caça obedece a complicadas regras sociais: o caçador que abate animal de grande porte dá aviso de toque de buzina, levando apenas os miudos à maloca onde em seguida é feito o caldo comunitário. Informados da posição da caça, outros vão em busca do animal que, esquartejado, é trazido em cestos de folhas de palmeira. Enquanto um é encarregado de retalhar a carne, outro assume a tarefa de "dono da panela", responsabilizando-se pela distribuição. Ao caçador não cabem direitos privilegiados.

Caça de pequeno porte é trazida, tratada e distribuída pelo próprio caçador. Por menor que seja a caça, o "caldo comunitário" para os homens sempre acontece.

O "caldo comunitário" é o sumo de toda a carne cozida dentro da própria banha. São adicionadas bananas comprida, macaxeira ou pupunha. O caldo, bebido em tigelas, é acompanhado com grolado de mandioca.

Tipos de caça:

anta	mahonê
caititu	djantomori
veado	dzumi
tamanduã	hakorê
preguiça	horú
macaco	gahã, gawanê, djiwi
mutum	naasí
jacú	tahú
jacutinga	kuxiwá
tucano	dzaaki
arara	kawa
gavião	xibirá
papagaio	xará-xará

PESCA

Também a pesca é realizada durante o ano todo, sendo empregados flecha, anzol e linha. Entretanto somente o verão permite pesca em grande escala chamado kunahã (tingui): O kunahã é preparado por um grupo de homens que, convidados pelo "dono", o arrancam de sua roça e o amarram em feixes. O dono do kunahã também é dono do acampamento e da tapagem (xirimiê) de maneira que há inúmeros lugares de kunahã distribuídos em áreas longínquas, ao longo do Yokihi, do Pretinho, do Arigô, das cabeceiras do Riozinho, do igarapé do Índio, do Matrinxã e do Munguba. Outros pequenos kunahã encontram-se perto da área de cultivo. São feitas verdadeiras excursões de pesca que demoram até vários dias.

O kunahã, raiz altamente tóxica, é batido e espalhado na água acima da tapagem, que é uma armação de paus horizontais e verticais forrada com folhas de palmeira e caranaí, fechando o igarapé de lado a lado. Os



peixes são recolhidos com flechas em forma de arpão, moqueados e levados em grandes cestos à maloca. Ao contrário da caça, cabe à esposa do dono do kunahã distribuí-los para suprir as primeiras necessidades. O restante é guardado no moquem e serve de comida para vários dias, inclusive para "caldos comunitários" antes de trabalhos de grupos. Antes e depois de grandes pescarias de kunahã, outras acontecem menores, comumente acompanhadas por crianças e mulheres. Por outro lado existem verdadeiras excursões familiares de pesca para áreas distantes onde as famílias se acomodam em acampamentos.

Tipos de peixe:

matrinxã	mamori
piaú	ikí
traira	buwá
piranha	omá
cará	usoi
piabinha	odanã
surubim	atáu
piranambu	kowanã
caparari	abahúe

#### COLETA

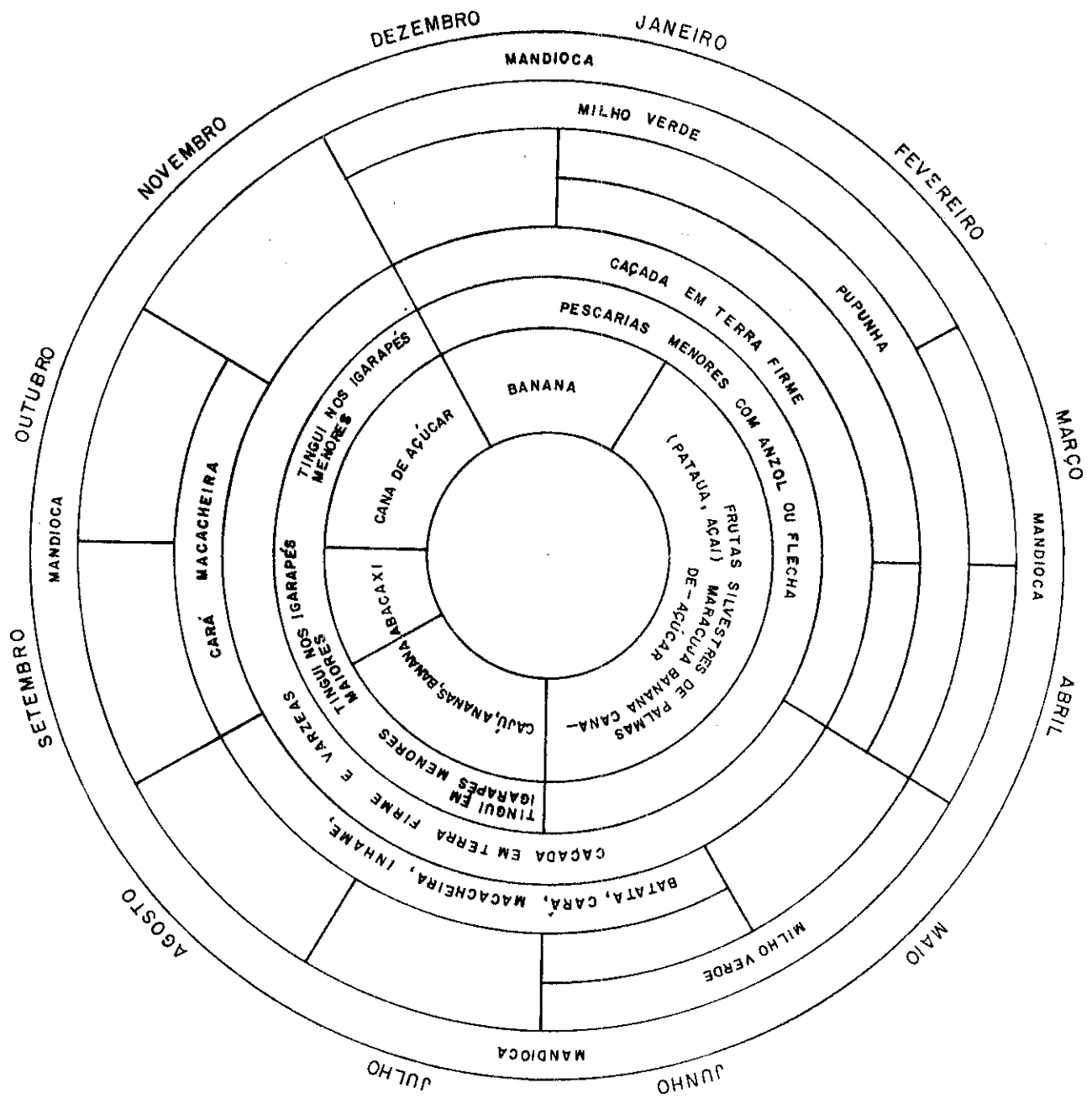
A coleta de frutas silvestres é realizada durante a estação do inverno. O fato de derrubarem geralmente as árvores faz com que os índios, as vezes famílias inteiras, tenham que se deslocar para áreas distantes. Regressam com cestos enormes, cheios de frutas, que são distribuídas.

Não se verificou nenhuma bebida típica feita de alguma qualidade de fruta. Patauá, açai e a bacaba são amolecidos em água quente e sua entre-casca chupada.

Além de frutas silvestres, coleta-se material indispensável para uso cotidiano como: envira, casca batida, cipõ de tracoá, paina, folhas



CROQUI: Ciclo dos meios de subsistência



#### 4. ASPECTOS RELIGIOSOS

Os índios acreditam na existência além da morte, num lugar acima do céu (zamãma), que chamam Kurimié. Esse lugar, longe da terra, e tal vez representado pela construção da maloca, é caracterizado por noções paradisíacas, onde os mortos encontram a felicidade, tendo fartura da caça, pesca, coleta e produtos agrícolas.

O Kurimié é também um canto original, pelo qual o homem entra em contato com os mortos: um homem canta a noite inteira, vindo de longe da mata ou da capoeira, aproximando-se da maloca, sempre cantando. O canto é apenas interrompido por gritos, palmadas ou batidas do pé no chão. Acontece, às vezes, que os outros sugerem o assunto. Cada rapaz e cada homem parece ter o seu canto original.

Os mortos são enterrados dentro da maloca. Até o momento conhece-se cinco cemitérios.

## V. OS ÍNDIOS EM CONTATO COM ORGANISMOS MISSIONÁRIOS E ÓRGÃO OFICIAL

Desde o primeiro contato em maio de 1980, a equipe da Pastoral Indigenista da Prelazia de Lábrea optou por um lento processo de contato, motivado pela realidade intrínseca do grupo: sistema de auto-defesa e controle da área suficientes, meios de subsistência amplamente garantidos por agricultura, caça, pesca e coleta, saúde intacta e alto índice de crescimento populacional. Até 1983 foram realizados no máximo dois contatos por ano, sendo que se faz um trabalho de conscientização entre a população envolvente, colocando inclusive placas provisórias de interdição da área nos dois igarapés de mais fácil acesso, ou seja, no Pretão e no igarapé do Índio.

Enquanto o Pretão foi respeitado, continuavam as invasões no lado do Coxodoã e um surto de sarampo em 1982 no alto Riozinho levou a equipe a denunciar o fato à FUNAI, pedindo com urgência a demarcação da área. No mesmo ano houve dois contatos entre índios e sorveiros no igarapé do Índio.

A abertura de um varadouro feito pela FUNAI em outubro/novembro-1983, ligando as malocas ao rio Cuniuã, centro de comércio extrativista, forçou a equipe a um trabalho intensivo com permanência prolonga entre o grupo, sendo que se previu a saída deles à beira do Cuniuã e as consequências decorrentes de contatos indiscriminados. Foram introduzidos remédios e aplicados as primeiras injeções, visando as vacinações a curto prazo.

A primeira saída dos índios à beira do Cuniuã aconteceu no final de julho de 1984 quando os elementos da Missão JOCOM, Eustáquio, Bráulio, Telma e Zé Maria, acompanhados por índios Deni, entraram na maloca pelo varadouro da FUNAI. Nesta ocasião os índios pousaram na casa do Sr. Manoel Sena na foz do Coxodoã. Os missionários convidaram inclusive moradores do rio para acompanhá-los até a maloca. Desde aquela vez até a presente data os índios saíram mais duas vezes, numa época em que outro surto de sarampo se alastrava pela beira do rio Cuniuã.

**VI. CONFRONTO COM O SISTEMA ECONÔMICO REGIONAL: A FRENTE EXTRATIVISTA  
NA ÁREA INDÍGENA**

Apesar das placas de interdição da área, colocados pela FUNAI, fechando o Riozinho e Coxodoá, a frente extrativista continua explorando a área indígena, empregando cada vez mais sorveiros no alto Riozinho e seringueiros no Coxodoá.

O alto Riozinho atualmente está sendo invadido pelos patrões Raimundo Batista, Moreira e Evilázio, que ali trabalham com 12 homens, alguns com família, explorando a margem esquerda da cabeceira do Riozinho. Neste ano (1984) houve alguns contatos com os índios, que lhes tomaram machados, terçados, facas, anzóis, linhas e algumas roupas.

O Coxodoá está sendo explorado pelo Sr. Manoel Sena, fregueses do Sr. Raimundo Batista, que ali emprega aproximadamente 10 seringueiros, alguns com família. Os índios, que saem das malocas à beira do Cuniuá, pelo varadouro da FUNAI, poderão ter contato a qualquer momento com os seringueiros, cujos filhos estão passando por um surto de sarampo.

A casa do Sr. Manoel Sena na foz do Coxodoá representa atrativo para os índios, pois é ali que lhes são oferecidos comida, pouso e algumas ferramentas.

A área dos índios é rica em sorva e borracha. Como método de exploração da sorveira usava-se a derrubada de árvores, que fez com que aquele produto se tornasse escasso, sendo hoje necessária a penetração para as cabeceiras dos igarapês mais longíquos. Disso resulta cerco e invasão da área indígena.

Até a data da abertura do varadouro, todas as tentativas de exploração de sorva na área indígena foram repelidas pelos índios de maneira agressiva, sendo que lhes tomaram as ferramentas desarmando-os e expulsando-os. O varadouro, via de comunicação, enfraqueceu o sistema de auto-defesa, chamando os índios ao contato indiscriminado com os brancos, sem que se tenha feito os devidos trabalhos preparatórios no que se refere à sobrevivência fí-

sica e cultural.

Os mais velhos da tribo têm conhecimentos de mortes violentas feitas na área do Coxodoã por armas de fogo e "fevre dos brancos" há 12/15 anos atrás, fato que explica em grande parte o número surpreendente de viúvas e órfãos e a conseqüente resistência, evitando, até há pouco tempo, contatos com os brancos.

## VII. PROPOSTA DE AREA

A história da ocupação "civilizada" do médio Purus, é uma revoltante e desumana sucessão de massacres físicos e culturais dos índios da região.

Aos grupos indígenas da área, restaram poucas opções: a submissão ao sistema produtivo regional, o mascaramento da identidade étnica, a perda de terras e toda sorte de consequências nocivas que se conhece.

As agências oficiais do indigenismo (SPI e FUNAI), pouco ou nada fizeram nessa região. O SPI viu todo seu trabalho desvirtuado no médio Purus e, a extinção e abandono dos PI Mariené e Manauacá; a transformação dos "agentes de índios" em seringalistas, revelam um conteúdo de irresponsabilidades e falta de respeito, não cobrados e por causa disto, perpetuados. A FUNAI ou através da Ajacre, 1a. DR ou 8a. DR, não conseguiu ainda "chegar" ao médio Purus, com a força necessária à gravidade da situação por que passam os índios da região. Faltam recursos, faltam pessoas. Os índios continuam entregues à própria sorte, aos humores dos novos tempos econômicos que se delineiam, às novas empresas que chegam e, resistem sós a tantos impactos, que é admirável a sua sobrevivência.

O atendimento indigenista na região está sendo efetuado por pessoas ligadas à Prelazia de Lábrea, por eventuais grupos protestantes e por algum servidor da FUNAI que por ali passa, tudo, sem o necessário investimento que a região requer.

Ao contrário dos Jamamadi, Apurinã, Deni, Jarawara, Banaua-Yaffí, Paumari e Kanamari, hoje, completamente envolvidos pelas empresas extrativas, depauperados física, econômica e culturalmente; os Zuruahá continuam isolados e arredios. Os contatos mantidos com equipes da FUNAI, Prelazia de Lábrea e JOCOM, revelam uma população pequena (123) ainda em estado primitivo, com



uma vida cultural rica e variada e com uma economia própria e farta.

O Grupo de Trabalho instituído pela Port. nº 1764/E de 14/09/84 elaborou os estudos que identificam a área dos Zuruahã. Foi um trabalho que, democraticamente contou com a participação de elementos da pastoral indigenista da Prelazia de Lábrea, os melhores conhecedores do grupo. Levou-se em conta, que os Zuruahã não sofram os mesmos processos destrutivos pelos quais passaram os demais grupos indígenas da região.

Ao proceder os estudos sobre a situação atual da área Zuruahã, o Grupo de Trabalho constatou que o território desses índios, está sendo invadido por frente de expansão extrativista, principalmente por sorveiros e seringueiros. Esta frente ameaça desativar o sistema original de auto-defesa, fazendo com que os índios percam os meios de subsistência como agricultura, caça, pesca e coleta; tornando-os dependentes de bens alheios a seu sistema cultural e expondo-os a toda sorte de moléstias.

Para se retirar os invasores dessa área, não há a exigência de indenizações. O tipo de economia que praticam, baseada na extração da sorva e seringa, não os fixa em definitivo na região invadida. O controle da área, hoje efetuada apenas por placas no Riozinho e Coxodoã é ineficaz. Poder-se-ia pensar em Postos de Vigilância, mais eficazes.

Evidentemente, o Grupo de Trabalho ao eleger a área, levou em conta a situação de contato dos índios e, grande parte das informações; além daquelas recolhidas junto aos indígenas de Lábrea que estiveram nas malocas, foram também conseguidas junto a esses regionais que exploram economicamente as margens dos rios e igarapês da região e que de uma forma ou outra mantêm contatos esporádicos com os Zuruahã.

Conforme o croquis em anexo, o Grupo de Trabalho considerou esta a área necessária aos Zuruahã:

- a) Da foz do igarapé Matrinchã no rio Cuniã. Pe

la margem direita do rio Cuniã até a foz do igarapé Munguba. Pela margem esquerda deste igarapé até sua nascente.

b) Da nascente do igarapé Munguba, por linha seca, até a nascente do igarapé Arigô (ou Ramiro). Pela margem direita deste igarapé até sua foz no Riozinho.

c) Pela margem esquerda do Riozinho, em toda sua extensão, até a foz do igarapé Coxodoã.

d) Da foz do Coxodoã, pela sua margem esquerda até a foz do igarapé Engilhado. Desse ponto, por linha seca, até a nascente do igarapé Matrinhã. Da nascente deste igarapé, por sua margem direita, até sua foz no rio Cuniã.

Os invasores do rio Cuniã atestam que os Zurua há (por eles denominados "Índios do Coxodoã"), há muito perambulam por aquela região, principalmente em ambas as margens do igarapé do Índio, centro da área definida. Sempre mantiveram contatos esporádicos com sorveiros e seringueiros. O peruano César, morador do Lago Grande, afirmou que há 12 anos manteve contato com esses índios. Em 1977, outro sorveiro, Adenir, subiu o igarapé do Índio e chegou até as malocas Zuruahã. Afirmou que em toda a extensão daquele igarapé verificou vestígios de presença indígena: piques, quebradas, cestos de envira e palmeira abandonados, sinal de fogo e pouso.

Sorveiros, seringueiros e outros ribeirinhos, garantem que os índios do Coxodoã, são os mesmos do igarapé Pretão. Está claro que os índios utilizam toda a extensão entre as duas bacias para suas atividades de coleta, pesca e caça.

A localização atual das malocas, entre o Pretão e o Riozinho, demonstra um isolamento auto-defensivo, longe o mais possível do rio Cuniã, onde a presença civilizada é mais frequente.

O sistema agrícola Zuruahã sugere uma permanente mutação física. Na medida em que as roças vão se esgotando e surge a necessidade de roças novas, mudam-se. Isto demonstra a

necessidade de um território extenso e de terras férteis.

A atividade de caça, faz com que os Zuruahã cortem todo o seu território, desde o Riozinho, até o Arigó e Matrinchã. Em toda a extensão da área que o Grupo de Trabalho definiu, veem-se acampamentos de caça, tapiris individuais, sinais de fogo, de coleta de frutos e de material para a confecção de objetos de caça.

A atividade de pesca também os leva a se distanciarem de suas atuais malocas. Pescam no Pretão, Pretinho, no Arigó, nas cabeceiras do Riozinho, Matrinchã, Monguba e no igarapé do Indio. Há, então, uma permanente ocupação de todo o seu território.

Concluindo, o trabalho do GT ao eleger a área Zuruahã foi baseado em dados concretos e palpáveis. Os Zuruahã realmente ocupam esta área desde antes da chegada das frentes de expansão; existem vestígios de roças antigas, de capoeiras, de cemitérios. Todo o seu território está cortado por piques de caça, por sinais de acampamentos coletivos e individuais. A presença de viúvas e órfãos dentro do grupo, atestam sinais de violentos confrontos com as frentes de expansão.

À FUNAI cabe o dever de assegurar àqueles Índios, suas terras e a paz que lhes é de direito. Garantir suas terras agora, assegurá-las contra invasores e predadores, seria um passo histórico, inquestionável e decisivo. A definição da área, garantiria àquele grupo, o seu espaço vital necessário e, a FUNAI se adiantaria ao processo histórico, chegando antes das mazelas negativas, que ocorrem quando os processos de definição fundiária de áreas indígenas se realizam após a destruição efetuada pelas frentes de expansão.

Em virtude do relatório ter sido feito em campo e manuscrito, para posterior datilografia em Brasília e, por ter ocorrido a dispersão natural dos membros do GT, devido ao fato de dois componentes residirem em Lábrea-AM, o mesmo foi assinado, nesta folha em branco e em confiança.

Brasília, 10 de janeiro de 1985

*Ezequias Paulo Heringer Filho*  
Ezequias Paulo Heringer Filho - FUNAI

*Lévio Natal Lopes de Oliveira*

Lévio Natal Lopes de Oliveira - FUNAI

*Irany Alves de Almeida*  
Irany Alves de Almeida - INCRA

*Gunter Kroemer*  
Gunter Kroemer - Prelazia de Lábrea

*Teresinha Weber*  
Teresinha Weber - Prelazia de Lábrea

*Gunter Francisco Loubens*  
Gunter Francisco Loubens - Prelazia de Lábrea

INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, J. Lúcio de. Os Jesuistas no Grão-Pará. Suas Missões e a Colonização. Lisboa, 1901.
- CHANDLESS, William. Notas sobre o rio Purus, lidas perante a Real Sociedade Geográfica de Londres, em 26 de novembro de 1868. Separata de Associação' do Comércio do Amazonas, vol.9 (ano 3), pp. 21-29; vol. 10 (ano3), pp.29-40.
- EIHENREICH, Paul M. A. Viagens ao s rios Amazonas e Purus. Revista do Museu Paulista, tomo XVI, São Paulo, 1929.
- JOBIM, Anísio. O Amazonas. Sua História (ensaio) antropogeográfico e político). São Paulo, 1957 (Brasiliiana vol. 292).
- KIEMEN, Mathias C. The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region, 1614-1693. Washington, 1954.
- LOUREIRO, Antônio José Santo. Síntese da História do Amazonas. Manaus, 1978. Imprensa oficial do Estado do Amazonas.
- Missio Manaus (M1, M2). Cúria Generale dei Franciscani Minori. Também em: Willeke, Venâncio. Missões Franciscanas no Brasil (1500-1915). Vozes, 1974.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. Sûmula da História do Amazonas. Manaus, 1965.  
A Conquista Espiritual da Amazonia. São Paulo, 1942.  
A Formação Espiritual da Amazonia, em: Cultura L/1 (1948), 97-118.
- Relatórios do Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio, Rio de Janeiro.
- STEERE, Joseph Beal. Tribus do Purus. Sociologia, Museu Paulista.
- THOMAS, Georg. Die Portuguisische Indianerpolitik in Brasilien: 1500 - 1640. Berlin, 1968.
- WALLIS, Gustav. Nachlass von P. Petersen. Die Paumarys; in: Das Ausland, n° 14, Stuttgart, 4. April 1886, pp. 261-266.

